

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Editorial

### Verdade 'versus' Mentira

Um dos temas recorrentes da nossa realidade política, é a necessidade de os políticos falarem uma linguagem de verdade.

Do Presidente da República aos comentadores políticos de vários quadrantes, todos, sem excepção, sublinham o imperativo da verdade como condição 'sine qua, non' da credibilidade, da seriedade e da confiança dos cidadãos nos órgãos de soberania

Daí que a obstinação cega do Governo e do Primeiro-ministro em não falarem verdade, seja (nos tempos conturbados e incertos em que vivemos), deveras lamentável. É que, mais cedo ou mais tarde, o tempo encarrega-se de repor as coisas no seu devido lugar, postergando a ilusão, a ficção e a mentira.

É por isso que a iniciativa do PSD do Forum da Verdade vem em boa hora.

É tempo de enfrentar a realidade.

Com verdade.

## Manuela Ferreira Leite anuncia em Setúbal as 20 medidas básicas e essenciais para as médias e pequenas empresas



### Destaques:

As PME no centro da política económica de Portugal

Página 1 e seguintes

27 % de aumento nas inscrições nos centros de emprego: “prova do erro e da ausência de políticas”

Em “Actividades da Presidência”

«Sócrates sabe pouco, é muito incompetente, não tem uma visão clara dos problemas, baralha tudo e cede a uma propensão fatal para vendedor de feira»

“A opinião dos outros”, Vasco Graça Moura



# Manuela Ferreira Leite anuncia em Setúbal as 20 medidas básicas e essenciais para as médias e pequenas empresas essenciais

A presidente do PSD escolheu Setúbal para a apresentação de vinte medidas de apoio às pequenas e médias empresas e de defesa dos postos de trabalho que estas asseguram, apresentação que marca o arranque do “Fórum ‘Portugal de Verdade’”, que decorrerá em todas as capitais de distrito.

A líder Social-Democrata, que falou numa sala completamente cheia e com muitas pessoas de fora, por falta de espaço, enunciou as suas propostas e elaborou cada uma delas, num discurso que foi muitas vezes interrompido por aplausos.

O “Povo Livre” transcreve o quadro sinóptico das medidas anunciadas e, na íntegra, o discurso de Manuela Ferreira Leite.

## AS PME NO CENTRO DA POLÍTICA ECONÓMICA

-20 medidas básicas e essenciais -

- Defender e promover o emprego
- Aumentar as Exportações
- Reforçar a competitividade das PME
- Promover a capacidade financeira das PME
- Promover o emprego e o investimento nas PME
- Promover a participação das PME nas compras e contratação pública

### Promover a capacidade financeira das PME

- 1 Garantir o pagamento das dívidas do Estado às PME.
- 2 Criar uma conta corrente entre o Estado e as empresas.
- 3 Alterar o regime de pagamento do IVA.
- 4 Alterar o regime de reembolso do IVA.
- 5 Extinguir o pagamento especial por conta.
- 6 Dar orientação à CGD para reforçar a sua actuação no financiamento das PME exportadoras.
- 7 Dinamizar o capital de risco para as PME exportadoras.

### Promover o emprego e o investimento nas PME

8. Defender o emprego reduzindo a Taxa Social Única suportada pelos empregadores.
9. Promover a criação de emprego pela redução de custos fixos (TSU) que lhe estão associados.
10. Aplicar uma majoração de 50%, para efeitos de cálculo de IRC, às despesas resultantes de novas contratações de pessoal.
11. Garantir uma taxa de IRC para 10%, durante 15 anos para os investimentos a realizar no interior.
12. Garantir uma taxa de IRC de 10% durante 10 anos para jovens empresários.
13. Reforçar o crédito fiscal ao investimento para PME exportadoras.
14. Incentivar a reconversão dos equipamentos industriais e de transporte para aumento da eficiência energética das PME.
15. Aceitar a amortização do goodwill para efeitos fiscais na aquisição de empresas em actividade, para salvaguarda dos postos de trabalho.
16. Extinguir o imposto de selo nas operações de crédito a médio prazo.
17. Rever a generalidade dos processos de licenciamento.
18. Concentrar num único portal de informação os apoios do Estado.

### Promover a participação das PME nas compras e contratação pública

- 19 Garantir que as compras públicas sejam mais transparentes, mais simples, e tenham maior valor acrescentado bruto nacional.
20. Garantir a participação das PME na contratação pública.

### As PME no centro da política económica

- DEFENDER E PROMOVER O EMPREGO.
- AUMENTAR AS EXPORTAÇÕES.
- REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DAS PME.

### Palavras da Presidente do PSD

Responder à crise com verdade, porque só com seriedade se constrói a confiança entre governantes e governados, imprescindível para vencermos as dificuldades



Portugal vive hoje uma situação de crise económica e social que se agrava de dia para dia. É fundamental responder-lhe com energia, com acções de efeito no imediato, com soluções excepcionais e temporárias, e com uma visão de futuro para o médio e longo prazo.

E sobretudo, é crucial responder à crise com verdade, porque só com seriedade se constrói a cumplicidade e a confiança entre governantes e governados, que é imprescindível para vencermos as dificuldades.

Portugal vive há doze anos com défices externos sistemáticos, aumentando todos os anos a dívida externa que ao longo da actual legislatura passou de 64% do PIB para insustentáveis 100%.

Por isso, o objectivo central da economia portuguesa tem de ser o reforço da competitividade das empresas que permita aumentar de forma sustentada as exportações.

Só exportando mais será possível garantir um equilíbrio sustentado das nossas contas externas. Este é um objectivo estratégico, que não pode ser secundarizado nas actuais circunstâncias, devendo a resposta à crise centrar-se em decisões que promovam a capacidade financeira das empresas e incentivem o investimento.

Da mesma forma, só com o reforço da competitividade das empresas e o aumento das exportações será possível criar condições para a defesa e o crescimento sustentado do emprego.

O agravamento do desemprego, que caminha para o meio milhão de portugueses, é uma das principais consequências da actual situação económica, sendo fundamental promover políticas públicas que possam contrariar a tendência verificada nos últimos anos de degradação das condições de funcionamento do mercado de trabalho.

Não podemos continuar neste caminho.

Por isso, o PSD propõe um Programa Integrado para reforçar a Competitividade das Pequenas e Médias Empresas. As Pequenas e Médias Empresas são o motor da economia portuguesa. Constituem a principal fonte das nossas exportações e são as grandes responsáveis pela criação de emprego.

De acordo com os dados do INE, 99,6% do tecido empresarial português é composto por Pequenas e Médias Empresas. As Pequenas e Médias Empresas empregam



mais de dois milhões de pessoas, constituindo-se como um dos principais empregadores nacionais, sendo responsáveis por uma facturação total anual de cerca de 170 mil milhões de euros.

É um erro de enormes proporções e de consequências dramáticas, não colocar as Pequenas e Médias Empresas no centro da política económica.

Exige-se, pois, a adopção de um programa coerente de medidas que permitam decididamente reforçar a sua capacidade financeira e incentivar o investimento. O apoio às Pequenas e Médias Empresas deve também ter por objectivo a manutenção e, se possível, o aumento do emprego.

Não é possível limitar o agravamento do desemprego e inverter a tendência de destruição de postos de trabalho sem reforçar a competitividade das Pequenas e Médias Empresas.

Acreditar que serão essencialmente as grandes empresas e os grandes projectos de investimento público que permitirão combater o desemprego é um erro.

E insistir nessa política como receita para a actual crise, é enganar as pessoas. A decisão sobre os grandes investimentos públicos não tem nada a ver com o combate à crise. Pelo contrário, estes são investimentos para o empobrecimento.

Porque são investimentos com grandes componentes de importação, que nunca terão efeitos a curto prazo e que comprometem muitos orçamentos futuros.

Nós defendemos o investimento de proximidade que se traduz em pequenas obras, dispersas pelo País, que têm impacto imediato no emprego e que não se repercutem nos orçamentos futuros.

É consensual que não é com grandes investimentos públicos que se resolve o problema do desemprego, mas com investimento privado e público de proximidade.

No contexto actual, deve dar-se especial atenção às Pequenas e Médias Empresas exportadoras. E esta opção é decisiva independentemente da crise internacional, porque o grande desafio da economia portuguesa é o aumento das exportações.

### «É fundamental mobilizar as Pequenas e Médias Empresas para esse objectivo nacional»

Para isso, é fundamental mobilizar as Pequenas e Médias Empresas para esse objectivo nacional. O programa que agora se apresenta tem subjacente uma clara opção por medidas transversais que beneficiam o ambiente de negócios da generalidade das empresas e incentivam as que revelem maior dinamismo, ao invés de medidas avulsas, que normalmente não assentam em critérios objectivos de selecção, nem podem, no actual contexto económico, ser objecto de uma correcta avaliação.

A discricionariedade na intervenção do Estado, apoiando selectivamente algumas grandes empresas, para além de poder favorecer uma gestão que se mostrou ineficaz, introduz distorções às regras de mercado, prejudica a concorrência e tem um impacto negativo sobre a competitividade da economia.

O Governo tem tomado algumas medidas pontuais dirigidas às Pequenas e Médias Empresas, muitas das quais após proposta e insistência do PSD, que sendo positivas são claramente insuficientes para responder à realidade actual.

É possível e necessário ter mais ambição e agir de modo a não só obter resultados imediatos, mas também a perseguir um verdadeiro impacto estrutural no tecido empresarial, muito em particular dirigidas às Pequenas e Médias Empresas exportadoras.

Sublinho também que o programa proposto é dirigido às Pequenas e Médias Empresas de todos os sectores de actividade, sem discriminações nem excepções, designadamente às Pequenas e Médias Empresas dos sectores agrícola, agro-industrial, indústria, comércio, turismo, cultura, construção imobiliária e serviços em geral.

Mas em relação a algumas das medidas propostas, pelo impacto que poderão ter na economia nacional, em particular em termos de emprego, deverá ser avaliada a possibilidade de beneficiarem a generalidade das empresas, mesmo não sendo Pequenas e Médias Empresas.

Numa perspectiva de intransigente defesa do interesse nacional, e porque entendo fundamental uma actuação que para ser eficaz tem de ser global, estruturada e coordenada, o programa que propomos agrupa medidas em torno de três objectivos essenciais:

I - Defender o emprego e promover a capacidade financeira das Pequenas e Médias Empresas.

II - Promover o emprego e o investimento das Pequenas e Médias Empresas;  
III - Promover a participação das Pequenas e Médias Empresas nas compras e contratações públicas.

### 1. Garantir o pagamento das dívidas do Estado às PME:

Uma das grandes dificuldades das Pequenas e Médias Empresas é a tesouraria, aliada ao facto de estarem, em geral, muito endividadas. Neste sentido, todas as medidas que contribuam para ajudar a ultrapassar as dificuldades que actualmente as afectam, fortalece-as e contribuem para a manutenção do emprego.

Os pagamentos que se encontram em atraso às empresas fornecedoras da Administração Pública ascende a cerca de 2.500 milhões de euros. Pagar estas dívidas seria injectar liquidez na economia, correspondente a 1,5% do PIB, o que aliviaria a tesouraria de um número significativo de empresas.

O plano que o Governo anunciou para resolver esta questão não tem passado disso mesmo, de um anúncio, recheado de burocracia, o que faz com que o efeito prático não seja relevante.

É por isso que dizemos que esta questão não se resolve com a abertura de linhas de crédito a que, ainda por cima, poucas têm acesso e, só por isto, esta solução fica, na maioria dos casos, pelo anúncio.

Se conseguissem obter esse crédito ficariam ainda mais endividadas, o que prova o desajuste da medida.

Recuperadas as dívidas, é decisivo estabelecer um mecanismo que garanta no futuro o pagamento atempado pelo Estado.

### 2. Criar uma conta corrente entre o Estado e as empresas

Deve ser criado um sistema de conta corrente entre o Estado e as empresas, em particular as Pequenas e Médias Empresas, envolvendo todos os impostos e contribuições para a segurança social, indicando os créditos sobre o Estado, como, por exemplo, as devoluções do IVA.

### 3. Alterar o regime de pagamento do IVA

Muitas Pequenas e Médias Empresas, especialmente no actual período de crise económica e financeira, têm dificuldade em cobrar as facturas dos seus clientes em prazos curtos, sendo frequente a necessidade de pagamento do IVA ao Estado antes da respectiva cobrança.

De forma a reduzir o impacto desta realidade na tesouraria das Pequenas e Médias Empresas, propõem-se alterações no regime de pagamento de IVA; desde alterações de prazos de pagamento até ao regime de liquidação e dedução do IVA por um regime de liquidação e dedução do IVA numa base de caixa, passando assim a ser dedutível e liquidado no momento do seu efectivo pagamento/recebimento dos fornecedores/clientes e não com base na data da factura.

### 4. Alterar o regime de reembolso do IVA

Portugal tem de promover o reforço da competitividade das Pequenas e Médias Empresas exportadoras.

Não é aceitável que estas empresas, que normalmente têm um valor de IVA a ser reembolsado pelo Estado, sejam sistematicamente penalizadas na sua tesouraria.

Assim, apesar da recente alteração anunciada pelo Governo, o regime é demasiado restritivo, e devia ser alargado a mais empresas.

### 5. Extinguir o pagamento especial por conta

O pagamento especial por conta foi criado como instrumento de combate à fraude e evasão fiscal. Decorridos cinco anos, os pressupostos que lhe estavam subjacentes e a significativa melhoria da eficácia da Administração Fiscal tornam menos relevante a sua manutenção. Devia ser extinto já em 2009.

### 6. Dar orientação à Caixa Geral de Depósitos para reforçar a sua actuação no financiamento das PME exportadoras





A Caixa Geral de Depósitos tem de ter como orientação estratégica o reforço do seu papel no apoio às prioridades da economia portuguesa, e, nesse sentido, devia ter como um dos eixos centrais da sua actividade o reforço da capacidade financeira das Pequenas e Médias Empresas exportadoras.

### 7. Dinamizar o capital de risco para PME exportadoras

Num momento de limitação do crédito bancário e em que as empresas têm que reforçar os respectivos capitais próprios, o capital de risco pode ser um instrumento de grande eficácia para o fortalecimento e modernização da estrutura económica.

Assim devem ter um regime fiscal mais favorável para os detentores de unidades de participação destes fundos de capital de risco e o Estado deve incentivar a criação destes fundos e disponibilizar-se para participar nesses fundos.

### 8. Defender o emprego reduzindo a Taxa Social Única (TSU) suportada pelos empregadores

Nas actuais dificuldades por que passam as empresas, a defesa do emprego passa necessariamente pela redução dos custos fixos do trabalho, aliviando directa e imediatamente a pressão sobre a tesouraria das empresas.

Propomos uma redução de dois pontos percentuais na TSU suportada pelos empregadores, até 2010, salvaguardando-se a adequada compensação financeira à segurança social.

### 9. Promover a criação de emprego pela redução de custos fixos (TSU) que lhe estão associados

Apesar das medidas tomadas para promover a contratação de jovens, de desempregados de longa duração e de desempregados com mais de 55 anos tomadas pelo Governo, deve, na situação actual e até 2010, ser tomada uma medida que promova o emprego em geral.

Nesse sentido, para as novas contratações realizadas por Pequenas e Médias

Empresas, deve ser reduzida a TSU suportada pelo empregador, em 35% para as contratações a termo e em 70% para as contratações sem termo.

A redução deve ter a duração limitada no tempo de três anos, só se deve aplicar a contratações que correspondam a aumentos líquidos do número de trabalhadores e teria como contrapartida a obrigatória manutenção do posto de trabalho durante o respectivo período.

### 10. Aplicar uma majoração de 50%, para efeitos de cálculo do IRC, às despesas resultantes de novas contratações de pessoal

Esta medida será aplicada, desde que as novas contratações correspondam a um aumento líquido do número de trabalhadores.

### 11. Garantir uma taxa de IRC de 10% durante 15 anos para os investimentos a realizar no interior

A actual situação económica tem particular incidência nas regiões do interior do país, em que as alternativas de investimento e de emprego são significativamente mais limitadas.

Nesse sentido, deve ser reforçado o regime de incentivos aos investimentos nas regiões do interior, sendo a taxa de IRC de 10% garantida durante um período de

15 anos.

### 12. Garantir uma taxa de IRC de 10% durante 10 anos para jovens empresários

Tem que ser estimulada uma mentalidade empreendedora. Para o efeito, importa tomar medidas que estimulem os jovens empreendedores a realizar os seus projectos e a mobilizar os capitais próprios necessários.

### 13. Reforçar o crédito fiscal ao investimento para PME exportadoras

O Governo propôs um crédito fiscal que poderá atingir 20% do montante investido pelas empresas, dedutível em 5 exercícios.

No que diz respeito às Pequenas e Médias Empresas exportadoras julga-se indispensável ir mais longe para reforçar a competitividade.

Assim propõe-se que o crédito fiscal para estas Pequenas e Médias Empresas corresponda a 50% do investimento, podendo ser deduzido em cinco anos.

### 14. Incentivar a reconversão e renovação de equipamentos industriais e de transporte para aumento da eficiência energética das PME. Atendendo ao interesse destes investimentos não só para reforço da competitividade das empresas, mas igualmente para reduzir o défice externo nacional, para o qual a energia contribuiu decisivamente, propõe-se que estes investimentos beneficiem também de um crédito fiscal de 50% do seu valor, dedutível em cinco exercícios.

### 15. Aceitar a amortização do goodwill para efeitos fiscais na aquisição de empresas em actividade, para salvaguarda dos postos de trabalho

A concentração empresarial, nomeadamente em resultado de aquisições de empresas em situação financeira difícil, é na fase actual positiva, pelos efeitos que pode ter em termos de defesa do emprego e por contribuir para o reforço da competitividade do tecido empresarial.

Com efeito, as empresas podem optar entre investir em novos equipamentos ou em adquirir outras empresas. Nesse sentido, estas operações devem ser grandemente simplificadas no seu quadro legislativo e incentivadas em termos fiscais, garantindo-se a possibilidade de amortização do goodwill para efeitos de IRC, bem como o reporte de prejuízos mesmo que o capital da empresa seja transaccionado em mais de 50%, sem que para tal seja necessário qualquer requerimento.

Deve ser requisito necessário, a existência de actividade efectiva da empresa e garantida a preservação dos postos de trabalho, sob pena não só de reembolso como de penalização fiscal.

### 16. Extinguir o imposto de selo em algumas operações de crédito a médio prazo

Reduzir os custos dos financiamentos bancários associados a investimentos em activos fixos.

### 17. Rever a generalidade dos processos de licenciamento

Em Portugal, uma percentagem significativa do investimento é sistematicamente

adiada por razões que se prendem com a natureza dos processos de licenciamento e com a ineficiência da administração pública central e local.

Se em condições económicas normais esta situação já não é aceitável, nas circunstâncias actuais ainda é menos. Não é aceitável que haja investimentos adiados por razões exclusivamente burocráticas.

Para dar resposta a esta realidade, deve ser solicitado às Associações Empresariais que apresentem os principais estrangulamentos dos processos de licenciamento de natureza regulamentar e processual, para que se proceda às necessárias adaptações legislativas e organizativas.

### 18. Concentrar num único portal de informação os apoios do Estado

A publicação online de todos os apoios concedidos pelo Governo, através dos Institutos, Direcções Gerais, Gestores de Programas Comunitários e pelas Regiões Autónomas e Municípios, num portal





único actualizado diariamente, constituirá um instrumento de trabalho da maior importância, para todas as empresas portuguesas.

### 19. Garantir que as compras públicas sejam mais transparentes, mais simples e tenham maior valor acrescentado bruto nacional

Sendo o Estado um agente relevante no mercado através da dimensão das aquisições de bens e serviços, deve ser dada uma atenção particular ao modo como actua, nomeadamente no seu relacionamento com as pequenas e médias empresas.

É fundamental para a dinamização da actividade das Pequenas e Médias Empresas, que estas tenham conhecimento de uma parcela relevante do mercado das compras públicas, para que se consiga uma melhor relação preço/qualidade do que é comprado pelo Estado. Assim de promoverá uma concorrência mais livre e uma maior transparência no processo de compras, essencial no combate à corrupção.

A carga burocrática associada aos procedimentos públicos de compras representa uma desvantagem para as Pequenas e Médias Empresas relativamente às grandes empresas.

Ainda no âmbito desta estratégia deve assegurar-se que uma percentagem relevante das compras públicas realizadas pela Administração Central, Autarquias e Empresa Publicas sejam dirigidas às Pequenas e Médias Empresas.



### 20. Garantir a participação das PME na contratação pública

Num contexto de reforço da importância e do critério na realização dos investimentos públicos, importa criar as condições para que estes venham a representar uma efectiva fonte de novas oportunidades de negócio para as Pequenas e Médias Empresas. Nesse sentido, devem ser revistos os critérios de contratação pública para não prejudicarem as Pequenas e Médias Empresas.

E o programa de investimentos públicos deve ser reavaliado nas suas prioridades, para reforçar os investimentos de proximidade, que possam ter as Pequenas e Médias Empresas locais como parceiros.

Referimo-nos à requalificação de centros urbanos, à recuperação de habitação degradada, à habitação para jovens, à requalificação de equipamentos sociais, à preservação de património cultural e turístico entre outros que, a exemplo da requalificação dos equipamentos escolares que o Governo se propõe promover, deverão ser objecto de investimento do Estado decorrente da referida reavaliação.

Tal como acontece noutros países europeus e nos EUA, por via legal e regulamentar deve ser exigida a participação de Pequenas e Médias Empresas na contratação pública em geral e também nos contratos que suportam as PPP.

As propostas submetidas a concurso público passarão a ter de incluir as Pequenas e Médias Empresas nos consórcios concorrentes e os compromissos por estes assumidos terão também de corresponder a adjudicações de fornecimentos e serviços a Pequenas e Médias Empresas.

Em relação a algumas destas medidas, pelo impacto que poderão ter na economia nacional, em particular no que toca ao emprego, penso que deve ser ainda avaliada a possibilidade de elas beneficiarem a generalidade das empresas, mesmo não sendo Pequenas e Médias Empresas.

Estas propostas consubstanciam uma forma oposta à do Governo de encarar a crise. É que o PSD tem em conta a realidade económica actual, enquanto o Governo só se ocupa com a intervenção do Estado.

O Governo, com as suas propostas de despesa pública, reforça a intervenção do Estado, retirando deste modo poder aos cidadãos e às empresas. E essa intervenção, como não pode ser generalizada, não é para todos, é só para alguns.

Discrimina empresas.

A proposta do PSD, de combate à crise, pelo contrário, é transversal e justa porque beneficia todas as empresas e não as deixa dependentes do arbítrio do Estado.

É que cabe às empresas decidir como devem orientar os recursos acrescidos que lhes são postos à disposição.

É a diferença entre ser o Estado a orientar as empresas como faz o Governo ou deixar que as empresas se orientem por si próprias como propomos.

É tempo de agir com verdade, com políticas sérias e com confiança na capacidade dos Portugueses em vencer as dificuldades.

A situação actual não é uma fatalidade; há outras soluções e outros resultados.

Os Portugueses, tal como já aconteceu há uns meses quando denunciámos a nossa

situação económica, nomeadamente o nosso nível de endividamento, vão dar-nos razão, e mais uma vez sentirão que lhes falámos verdade! - «Povo Livre»

A “prova do erro e da ausência de políticas” para responder ao desemprego

A líder do PSD considerou na semana passada, que o aumento de 27 por cento do número de inscritos nos centros de emprego em Janeiro constitui a “prova do erro e da ausência de políticas” para responder ao desemprego.

“Infelizmente, a grande prova do erro e da ausência de política estão nestes números. Os números continuam a aumentar a despeito de o Governo a toda a hora fazer imensos anúncios”, considerou Manuela Ferreira Leite.

De acordo com dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no mês de Janeiro inscreveram-se nos centros de emprego 70.334 trabalhadores desempregados, um aumento de 27,3 por cento em relação ao mês homólogo de 2008 e de 44,7 por cento quando comparado com Dezembro.

Em declarações aos jornalistas no final de um encontro com representantes sindicais, na sede social-democrata, Manuela Ferreira Leite considerou que os números do IEFEP “são “extremamente preocupantes”.

“Não se vê efectivamente que se encaixe este problema na sua verdadeira dimensão. Que se actue com toda a verdade nesta matéria e que se deixe de anúncios que não tem quaisquer consequências a

curto prazo”, reforçou.

Manuela Ferreira Leite afirmou-se “absolutamente perplexa” perante “pessoas que continuam a pensar, por exemplo, nos grandes investimentos públicos”.

“Quando se pensa nisso é evidente que se está a fazer tudo menos actuar para hoje”, disse. - Fonte: Lusa

A presidente do PSD esteve, no dia 17, reunida com doze empresários de grande influência em Portugal e no final do encontro disse que estes deram razão ao que tem defendido e confirmaram a ineficácia que tem apontado às medidas do Governo.

Em declarações aos jornalistas, na sede do PSD, Manuela Ferreira Leite relatou que os empresários foram “unânicos em considerar que as medidas que têm sido tomadas neste combate à crise são medidas imensas, algumas até boas na intenção, está fora de causa, mas não estão a chegar ao campo; as pessoas, as empresas não estão a sentir”.

“O que eles desejam é um conjunto de medidas absolutamente correspondentes àquelas que nós propusemos, que são medidas no sentido de resolver os seus problemas de tesouraria, que imediatamente cheguem à situação financeira das empresas”, acrescentou Manuela Ferreira Leite, considerando que “há um grande consenso entre os empresários e a posição que tem sido tomada pelo PSD”.

“A reunião foi muito elucidativa para justificar e comprovar o que temos andado a dizer há muito tempo, foi a confirmação do que temos dito: É preciso haver medidas no sentido de resolver no imediato os problemas, de actuar no imediato e não medidas que virão a ter efeito, se tiverem, sabe Deus daqui a quanto tempo”, reforçou.

A presidente do PSD, que na quarta-feira vai apresentar um programa centrado nas pequenas e médias empresas, salientou que as propostas defendidas pela sua direcção “não são medidas focalizadas, para determinado tipo de empresas, são medidas generalizadas a todas as empresas”.

Por sua vez, Peter Villax, da farmacêutica Hovione, porta-voz do grupo de empresários que se reuniu com Manuela Ferreira Leite, pediu que “deixem as empresas trabalhar”, dizendo que “vivem asfixiadas debaixo de imensa burocracia” e que por isso “não compensa ir buscar os benefícios a que têm direito”.

Peter Villax adiantou que os empresários manifestaram à presidente do PSD “uma rejeição absoluta do proteccionismo” e “da estatização da economia”, pediram “políticos com credibilidade” e contestaram um discurso de divisão entre “ricos, médios e pobres”. “Recentemente houve um discurso fracturante em relação a ricos, médios e pobres que nós rejeitamos completamente. O país vai atravessar um momento social difícil. É preciso unir a sociedade e não dividi-la”, defendeu.

Questionado se consideram que a presidente do PSD é um exemplo de um político credível, o empresário respondeu: “Achamos que a doutora Manuela Ferreira Leite tem essa credibilidade”.

Peter Villax não quis emitir opinião sobre a credibilidade do Primeiro-ministro invocando o facto de estar na sede do PSD. - Fonte: TVI



# Procurador-Geral da República garante a Paulo Rangel que não há condicionamentos ao trabalho dos magistrados do Ministério Público.

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, afirmou hoje que o O PGR deu-nos nota de que está a fazer diligências no sentido de apurar se há condicionamentos ou não, e de que até agora toda a informação que tem é no sentido de que não há”, declarou Paulo Rangel à saída da audiência com Pinto Monteiro que hoje decorreu na Procuradoria-Geral da República, em Lisboa.

A audiência foi pedida pelo PSD, depois de o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) ter reunido com Paulo Rangel na Assembleia da República, na qual foram discutidas eventuais pressões e condicionamentos ao trabalho dos magistrados do Ministério Público.

“Nós exprimimos aqui as nossas perplexidades, as nossas preocupações e vamos continuar este nosso trabalho, agora na Assembleia da República onde vamos ouvir o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)”, acrescentou Paulo Rangel.

O deputado considerou “alarmantes” as notícias publicadas na última semana referentes ao tema que motivou a audiência, “corroboradas por diferentes instâncias, incluindo o SMMP” e que indicavam que haveria “algum condicionamento, intimidação ou limitação de magistrados e que isso teria até alguma ligação a serviços de informação”, uma situação que, considerou, “exige um exame cuidado”.

O líder da bancada parlamentar do PSD disse também que a reunião foi “muito proveitosa”, tendo sido abordados “variadíssimos temas da justiça”, escusando-se no entanto a revelar quais.

“Há um conjunto de situações merecedoras de esclarecimento, muitas delas põem em causa situações de Estado de direito em que existem reservas e melindre e só neste contexto de conversas oficiais - mas feitas também com reservas, sobre cujo conteúdo não poderei falar - podem ser devidamente explicadas”, afirmou Paulo Rangel.

O deputado disse, no entanto, que a revelação da identidade de elementos dos serviços secretos militares no site da Presidência do Conselho de Ministros não foi um dos temas abordados na reunião e acusou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira de se “furtar” às suas responsabilidades.

“O caso do SIED [Serviço de Informações Estratégicas de Defesa] será esclarecido primeiro com o Secretário de Estado Jorge Lacão e esperamos que depois com o ministro Silva Pereira, porque ele é que tem a responsabilidade e



não quer assumi-la”, disse Paulo Rangel.

Em declarações à rádio TSF o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão negou que centenas de funcionários da Presidência do Conselho de Ministros pudessem ter tido acesso à lista com a identificação dos elementos das secretas e garantiu a abertura de um inquérito por parte do Governo para averiguar eventuais fugas ilegítimas de informação.

Na terça-feira, Paulo Rangel anunciou que iria solicitar esta reunião, após ter recebido na Assembleia da República os Sindicatos dos Magistrados do Ministério Público (SMMP)

Na altura, Rangel tinha afirmado que “Se o SMMP levanta algumas dúvidas, o PSD entende que [a questão] merece atenção. Não é uma entidade qualquer [a levantar a questão]. São magistrados que estão a falar com alguma preocupação”, frisou então o presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

No sábado da semana anterior, os delegados do SMMP, reunidos em Tomar, consideraram que “as pressões e intimidações” sobre os magistrados titulares de “processos ou investigações delicados” envolvem “poderosos meios de contra-informação só disponíveis, por norma, aos serviços de ‘inteligência”.

## Guilherme Silva junta-se a outros deputados do PSD para defender dúvidas sobre a Constitucionalidade de aspectos do Código de Trabalho

O deputado do PSD e vice-presidente da Assembleia da República Guilherme Silva defendeu, no dia 20, que há

aspectos do Código do Trabalho que põem em causa “direitos legítimos dos trabalhadores” e que “levantam dúvidas de constitucionalidade”.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, Guilherme Silva disse que aceitou assinar o requerimento promovido pelo PCP para pedir a fiscalização sucessiva do Código do Trabalho por “haver aspectos que levantam dúvidas de constitucionalidade”, em particular os que mexem com “direitos legítimos dos trabalhadores”.

Questionado pelos jornalistas, Guilherme Silva rejeitou qualquer motivação “eleitoral” para assinar o documento.

“O que passou pela minha cabeça é a situação de crise em que o país está”, frisou.

“O documento teve uma versão inicial e houve melhorias que, do meu ponto de vista, tornou possível chegar a um resultado de consenso”, disse.

Sete deputados da bancada do PSD subscreveram o requerimento: Além de Guilherme Silva, assinaram Correia de Jesus, eleito também pelo círculo da Madeira, o deputado Arménio Santos, presidente dos Trabalhadores Sociais Democratas, os deputados do MPT, Martin Graça e Carlotto Marques, e os deputados Nuno da Câmara Pereira e Miguel Pignatelli Queiroz, do PPM.

Guilherme Silva, que disse ter informado a direcção da bancada da sua decisão, argumentou ainda que tem presente “que é deputado eleito pela Madeira” e que, nessa condição, tem “a consciência de que há muitas normas que podem trazer problemas relevantes que é preciso prevenir”.

Por seu lado, o socialista Manuel Alegre disse aos jornalistas que, das normas do Código do Trabalho, “pelo menos a retirada do tratamento mais favorável ao

trabalhador contraria o espírito e a letra da Constituição, que não é neutra e que, num conjunto de artigos, protege sempre o elo mais frágil”.

Da bancada do PS subscreveram o pedido Manuel Alegre, Teresa Portugal, Eugénia Alho, Júlia Caré e a independente Matilde Sousa Franco, que tinham votado contra a revisão das leis laborais, que entraram em vigor esta semana.

## Miguel Frasquilho defende a verdade das propostas económicas apresentadas pelo PSD e desafia o Governo a provar o contrário



O deputado social-democrata Miguel Frasquilho garantiu hoje que o programa económico apresentado pelo PSD “é sério”, desafiando o Governo a revelar que contas fez para dizer que as medidas





custariam mais de mil milhões de euros.

“Lançamos aqui um repto ao Governo para dizer que contas fez”, afirmou Miguel Frاسquilho, em declarações aos jornalistas no Parlamento, numa reacção às críticas do Governo às medidas apresentada quarta-feira pela líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, para fazer face à crise económica e financeira.

No final do Conselho de Ministros, depois de interrogado se o Governo vai considerar as medidas apresentadas por Manuela Ferreira Leite, o ministro da Presidência considerou que o programa económico da presidente do PSD é um “exercício de irresponsabilidade”, uma “chuva de milhões de euros” sem quantificação e unicamente destinado à recomposição da imagem da líder social-democrata.

Confrontado com estas críticas, Miguel Frاسquilho garantiu que as propostas apresentadas pela líder social-democrata são “muito válidas” e destinam-se a apoiar as empresas e o mercado de emprego.

“São medidas que terão um impacto imediato no tecido produtivo, empresarial e no emprego”, sublinhou.

Pelo contrário, continuou, as medidas que o Governo já apresentou são centradas no investimento público, ou seja, “não ajudam a economia no imediato”.

O programa de apoio às pequenas e médias empresas apresentado quarta-feira pela líder do PSD é composto por vinte medidas que, segundo a própria Manuela Ferreira Leite, terão um custo de aproximadamente “um por cento do Produto Interno Bruto” (PIB).

“Nós temos um cálculo feito sobre o conjunto de medidas, que anda à roda de um por cento do PIB, portanto, 1500 milhões de euros”, afirmou, em declarações aos jornalistas no final da apresentação do programa.

### Lei das Armas “ainda não viu a luz do dia por manifesta incompetência” dos deputados do PS



O PSD considerou no dia 18, que a Lei das Armas “ainda não viu a luz do dia por manifesta incompetência” dos deputados do PS e acusou o Governo de nos quatro anos de legislatura ter “falhado no combate à criminalidade”.

“Alertámos o Governo e apresentámos medidas para combater uma nova vaga de criminalidade mais violenta e mais sofisticada mas no combate ao crime o governo falhou”, criticou o deputado social-democrata Luís Montenegro no Parlamento.

Neste sentido, para o deputado do PSD, a Lei das Armas, proposta pelo Governo e actualmente em sede de comissão “ainda não viu ainda a luz do dia por manifesta incompetência” e por ter um “corpo legislativo errado”.

“As propostas de alteração à Lei das Armas terminaram em Outubro, o PS fê-lo apenas na semana passada, o atraso é da única e exclusiva responsabilidade do Governo e do PS!”, criticou Montenegro.

Na sua intervenção, Luís Montenegro lembrou “o papel de avaliação e fiscalização” do Parlamento à acção do Governo, lembrando que “infelizmente vários altos responsáveis disseram que o ano de 2008 ficou marcado por um aumento da criminalidade”.

“O ministro da Administração Interna não acredita nem reconhece este aumento, é um facto que as medidas introduzidas pelo Governo não surtiram efeito. Cabe ao Governo criar condições para que os cidadãos não tenham medo e possam circular em segurança”, censurou.

Em seguida, o deputado do CDS-PP Nuno Magalhães manifestou o seu “acordo com o balanço” feito pelo PSD.

“ [O ministro da Administração Interna, Rui Pereira] é o único no país a dizer que não saber que a criminalidade aumentou”, disse, acrescentando que também as leis penais do Governo “contribuem para um clima de impunidade” no país.

Por seu lado, a deputada do PS Sónia Sanfona disse que foi sob a presidência de Montenegro que foram feitas, em sede de comissão, “inúmeras audições” que o deputado social-democrata considerou “importantes”.

“Foi isso ou não que temos vindo a fazer? É falso o que diz, que as audições terminaram em Outubro, as audições acabaram no fim do mês de Novembro com a audição do secretário de Estado da Administração Interna. A Lei das Armas foi mais uma medida de combate à criminalidade, está ou não disponível para aprovar estas propostas de matéria criminal?”, questionou a deputada.

Na resposta, Luís Montenegro reiterou a acusação de que os socialistas têm sido “muito lentos” no âmbito do combate à criminalidade.



“Muito lento é o PS, foi muito devagarinho o trabalho de reflexão no PS e presumo com muita dificuldade de articulação com os membros do Governo, aquilo que todos os partidos fizeram num mês, o PS fez em quatro!”, concluiu.

### PSD e CDS acordam em datalimite para estabelecer coligações autárquicas

Os Secretários-gerais e os coordenadores autárquicos do PSD e do CDS-PP estiveram reunidos na segunda-feira da semana passada, e decidiram acertar até ao final de Abril o universo de municípios e freguesias a que vão concorrer coligados.

O objectivo é termos o universo das coligações até ao final de Abril”, declarou aos jornalistas o coordenador autárquico do PSD, Manuel Castro Almeida, no final da reunião, que decorreu na sede nacional social-democrata, em Lisboa.

“Decidimos que no final de Abril o processo deverá estar todo completo”, afirmou, por sua vez, o coordenador autárquico do CDS-PP, Hélder Amaral.

Ambos os coordenadores autárquicos disseram que compete às estruturas locais do PSD e do CDS-PP tomar a iniciativa de negociar e propor coligações, que depois serão avaliadas pelas respectivas direcções nacionais.

A reunião entre foi a primeira de um processo que decorrerá ao longo deste mês, de Março e de Abril para “estabelecer as condições” dessas coligações, “estabelecer o quadro geral da relação entre os dois partidos, as datas e o procedimento”, adiantaram Hélder Amaral e Castro Almeida.

Uma das regras, também aplicada no acordo para as eleições autárquicas de 2005, é que “estão excluídas coligações com o PS” ao PSD e ao CDS-PP, podendo haver “coligações com o MPT e com o PPM”, referiu Hélder Amaral.

“O PSD é o nosso parceiro em termos de coligações, em termos de acordos autárquicos”, declarou o coordenador autárquico do CDS-PP.

Segundo Hélder Amaral, “haverá seguramente um número maior de coligações” do que em 2005. De acordo com Castro Almeida, “o número há de ser semelhante ou superior”.

Em 2005 PSD e CDS-PP concorreram coligados em cerca de 60 concelhos, como Aveiro, Braga, Cascais, Coimbra, Sintra, Portimão e Porto. Em alguns casos as coligações incluíram também o PPM,

o MPT ou os dois.

### Desemprego em 2008 muito grave, mas 2009 será pior...

O PSD considerou hoje que os dados sobre o desemprego no fim de 2008 “não são preocupantes” mas apenas porque ainda não reflectem as falências e a quebra da riqueza já ocorridas; e 2009 “será muito pior”.

“Em termos globais de emprego e de desemprego, as estatísticas sobre o que se passou no último trimestre de 2008 não eram ainda muito preocupantes, aliás, ficam abaixo das previsões de alguns especialistas”, declarou o deputado do PSD Hugo Velosa à Informação.

Num comentário aos dados hoje divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Hugo Velosa acrescentou que, no entanto, “o futuro é efectivamente preocupante” e “não há nenhum motivo para que o Governo entre numa euforia nesta matéria”.

“Estes dados não reflectem ainda o evidente aumento de falências que começou no último trimestre de 2008 e a quebra do Produto Interno Bruto (PIB) do último trimestre de 2008, em que Portugal ficou no segundo pior lugar da zona euro, a seguir à Alemanha”, apontou.

Segundo o deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, “naturalmente que em 2009 tudo isto será muito pior” e a situação será agravada pela “insuficiência das medidas tomadas pelo Governo”.

“O próprio ministro das Finanças disse que espera que o desemprego vá piorar. Não é um efeito imediato, é um efeito de alguma forma retardado e será pior em 2009”, reforçou Hugo Velosa.

Sobre os dados de 2008, o social-democrata sustentou que a diminuição da taxa de desemprego face a 2007 “não se deve a um aumento do emprego” mas sobretudo “a uma diminuição da população activa”.

De acordo com os dados hoje divulgados pelo INE, a taxa de desemprego registada em 2008 foi de 7,6 por cento, enquanto em 2007 tinha sido de 8 por cento. O Governo tinha previsto para o ano passado uma taxa de desemprego de 7,8 por cento.

Ainda de acordo com o INE, no quarto trimestre de 2008 a taxa de desemprego foi de 7,8 por cento, o mesmo valor do terceiro trimestre, ligeiramente superior aos 7,7 por cento do segundo trimestre do ano passado. - Fontes: Lusa, DN. TSF, RTP1 e Povo Livre



## Intervenção do Deputado Miguel Almeida Assembleia da República, 13 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados

No momento em que decorre a III Semana da Energia Sustentável da União Europeia, que tem como finalidade a sensibilização de todos os cidadãos e demais entidades a trabalharem em conjunto em nome de um objectivo comum, o PSD pretende com estas propostas e com este debate contribuir de forma muito clara para esse objectivo. Um Mundo mais Sustentável!

As questões energéticas e, designadamente, as opções estratégicas em termos nacionais e internacionais atingiram, nos nossos dias, uma acuidade e uma relevância redobrada.

As opções estratégicas que Portugal adoptar agora para o sector, são decisivas para o futuro Económico e Ambiental do País.

São vários os caminhos que podem ser trilhados. São várias as opções que podem ser tomadas. Mas o que ninguém perceberá é que numa matéria que todos reconhecem que hoje, mais do que nunca, marca a agenda política e económica do mundo inteiro, não se faça o tudo o que está ao nosso alcance.

Portugal continua, ainda hoje, a depender em cerca de 80% a 90% da energia que importa, enquanto o consumo interno de energia eléctrica tem vindo a crescer, na última década, a uma média anual que tem rondado os 5% a 6%, com particular incidência nos sectores dos serviços e residencial.

No entanto a União Europeia estabeleceu, para Portugal, que 39% da produção de energia deve ser proveniente de recursos renováveis, já em 2010. Ainda assim, Portugal foi mais longe ao assumir metas ainda mais ambiciosas em matéria de energias de fonte renovável no quadro da Estratégia Nacional Para a Energia.

Ora, estando já nós no início de 2009, fácil se torne perceber que é impossível cumprir as metas definidas se não tomarmos medidas muito concretas e urgentes no lado da procura, ao mesmo tempo que não desperdiçamos nenhuma fonte renovável à nossa disposição.

No caso da energia hídrica, o País regista ainda um fraco nível de utilização da disponibilidade hídrica (56%), devido a um fraquíssimo investimento realizado ao longo das últimas décadas. Não obstante o facto da tecnologia da produção de energia de fonte hídrica ser dominada em Portugal, bem como ser já bastante conhecido o património hídrico nacional.

Partindo dos cerca de 5.000 MW de potência hidroeléctrica instalada actualmente, o Governo fixou como objectivo atingir-se 7000 MW de potência instalada no ano 2020. Estes grandes objectivos e projectos assentam, contudo, essencialmente sobre grandes barragens.

No entanto, importa não esquecer o aproveitamento do enorme potencial que podemos obter com as mini-hídricas.

Embora não seja fácil fazê-lo, há estimativas para uma capacidade de potencial



hidroeléctrico explorável, em sistemas de mini-hídrica, situado nos 1000 MW, sendo que uma potência de 500-600 MW é passível de concretização num médio prazo.

Salienta-se que nos últimos anos a potência instalada em centrais mini-hídricas tem crescido muito lentamente, o que fica patente quando se comparam os valores de 571 MW no final de 2007 por exemplo com os 519 MW de final de 2003, o que mostra que neste período de 5 anos o crescimento foi de cerca de 50 MW, traduzindo um acréscimo médio anual de apenas 1,9% ao ano.

Assim, propomos que a Assembleia da República recomende ao governo a agilização do processo de licenciamento de PCH, a elaboração e a divulgação de um mapeamento nacional das potencialidades de aproveitamentos energéticos a partir destas centrais.

Que se complemente o Programa Nacional de Barragens com a fixação de objectivos indicativos em matéria de PCH, de forma a fornecer um quadro de oportunidades para todos os agentes potencialmente interessados, e por fim a atribuição à remuneração da energia assim produzida com um coeficiente “Z”, compatível com os custos associados à produção devendo este coeficiente variar de acordo com os escalões de potência.

Quanto ao Projecto de Resolução sobre a biomassa agrícola importa referir que esta biomassa residual resultante da actividade agrícola ou agro-industrial constitui actualmente, em alguns casos, um problema quanto à sua gestão, apresentando simultaneamente um potencial em termos de utilização energética. Neste sentido, a sua valorização pelo aproveitamento energético pode constituir um forte contributo para a resolução do problema ambiental e simultaneamente gerar um rendimento suplementar à actividade agrícola e às populações que dela dependem.

De igual modo, o seu aproveitamento ao nível das centrais de biomassa florestal

ou das instalações de co-combustão pode servir de complemento em termos de abastecimento de matéria-prima, permitindo a diversificação dos fluxos de abastecimento, sobretudo em alturas críticas.

No entanto, constata-se, também neste caso, que a falta de previsão de valores remuneratórios minimamente atractivos condiciona possíveis investimentos para o aproveitamento energético destes produtos e substâncias os quais, todavia, podem assumir uma significativa relevância para o balanço energético nacional.

Neste sentido, preconiza-se como desejável a alteração dos critérios remuneratórios, nos mesmos termos do que já defendi para as mini-hídricas.

Para além do mais, a adopção desta medida constituirá um factor dinamizador da agricultura nacional, pelo financiamento indirecto que vem propiciar aos agricultores, resolvendo, por outro lado, problemas ambientais resultantes do vazamento dos resíduos provenientes das indústrias agrícolas.

Mas apresentamos também hoje um Projecto de Resolução no sentido da inclusão nos currícula oficiais do Ensino das técnicas, tecnologias e melhores práticas disponíveis para a obtenção da máxima Eficiência Energética nos edifícios, incluindo as matérias respeitantes à Arquitectura Bioclimática.

Os edifícios representam em Portugal cerca de 30% dos consumos energéticos e de 60% dos consumos eléctricos, sendo o sector imobiliário o segundo maior emissor de CO2 no País.

As múltiplas e eficazes soluções técnicas e tecnológicas já hoje em dia disponíveis no mercado para uma utilização crescente de recursos naturais renováveis para fins energéticos, associadas à recente aprovação da legislação relativa à micro-geração, vêm, no seu conjunto, propiciar o alcance de significativas reduções dos consumos energéticos nos nossos edifícios.

A arquitectura bioclimática intervém e interage, primordialmente, com as questões da iluminação e da ventilação natural.

O nosso País dispõe, para mais, de condições naturais, geográficas e climáticas, quase únicas para um aproveitamento muito significativo do potencial de Eficiência Energética pelo conjunto do edificado nacional.

Pensa-se, por isso, que se torna indispensável criar as condições, no nosso País, para a implementação da Arquitectura Bioclimática, com vista à obtenção da máxima Eficiência Energética nos edifícios e, consequentemente com uma expressiva redução da nossa factura energética.

Quanto ao Projecto de Resolução do CDS/PP, entendemos importante obter o mais possível o envolvimento das autarquias locais na implementação das políticas que conduzam a uma Utilização Racional da Energia e à introdução progressiva, no dia-a-dia dos cidadãos e das comunidades por eles constituídas, de critérios de Eficiência Energética.

Para mais, constituindo – como é do conhecimento geral – os sectores da construção e dos transportes os mais energívoros actualmente no panorama nacional, fácil se torna compreender que, em função das competências das autarquias locais, designadamente em matéria de planeamento e de licenciamento urbano, de ambiente e de ordenamento do território, o seu papel será decisivo, para o alcance das metas a que, tanto por imperativos comunitários, como internacionais e nacionais, o nosso País hoje se propõe atingir.

Portugal já vem desenvolvendo, felizmente, desde há uns anos a prática da criação e do desenvolvimento de estruturas locais e intermunicipais – as denominadas agências para a Energia – dedicadas à implementação e à intensificação da Utilização Racional da Energia e à promoção da Eficiência Energética nos respectivos territórios. A quase totalidade destas estruturas é de “geração espontânea”, o que denuncia positivamente o crescente interesse do Poder local em deter um papel activo nestas temáticas.

A iniciativa que aqui apreciamos agora, nesta Câmara, para a criação de uma Comissão Multidisciplinar para “apoiar, dinamizar e incrementar as análises técnico-económicas, bem como as planificações adstritas à execução dos Planos Energéticos Municipais” merece-nos, pois, concordância pelo esforço adicional que incorpora para uma maior racionalização e disseminação no território nacional das boas-práticas em matéria energética.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

O Mundo Mudou - Os combustíveis fósseis que há poucas décadas parecia ser um bem infinito, percebe-se agora que “ depois de amanhã” esgotaram-se. O Tempo da energia barata acabou.

O Comércio Europeu de Licenças de Emissão, que é um instrumento de combate às Alterações Climáticas e que tem como objectivo ajudar os Estados-membros da UE a cumprirem os seus compromissos no âmbito do Protocolo de Kyoto.

A criação do Fundo Português de Carbono,

A definição de metas ambiciosas, pelas instituições da UE, com a opção pelas metas dos “3 Vintes” em 2020 (Fontes de Energia Renováveis, Biocombustíveis e Redução de Emissões de GEEs);

As dúvidas, levantadas por várias entidades sobre a eficácia dos biocombustíveis, A consolidação do MIBEL e do mercado ibérico do gás;

O Plano Nacional para a Eficiência Energética,

Uma nova Política de Transportes

Tudo isto é tema que obrigatoriamente tem de continuar a merecer a atenção do Parlamento.

Pela parte do PSD estaremos sempre, como até aqui, na vanguarda destes objectivos.



## Voos da CIA - Carlos Coelho condena instrumentalização do PE mas sublinha respeito pelos Direitos Humanos



A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou uma Resolução sobre o “Uso de países europeus pela CIA para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros”. O Deputado europeu do PSD, Carlos Coelho, que presidiu à Comissão Temporária que desenvolveu as investigações no Parlamento Europeu absteve-se na votação. O Deputado do PSD considera que por um lado não poderia votar contra um texto que “recorda valores essenciais do respeito pelos Direitos Humanos, pelo Estado de Direito e pela procura da verdade” mas por outro lado não podia votar favoravelmente um texto que pretende “instrumentalizar o PE para lutas de política interna” e que por outro aparece “fora de tempo pois ainda decorrem diligências no Parlamento Europeu.”

Carlos Coelho lembra que, em 2007, o Parlamento Europeu, na sequência da investigação feita pela Comissão CIA a que presidiu, “aprovou uma Resolução que continha dezenas de Recomendações que visavam prevenir a repetição dessas acções ilegais.”

Como recorda o Deputado do PSD, decorre agora um processo de “avaliação da aplicação daquelas Recomendações”, e mais recentemente “o Presidente do PE enviou um pedido formal de cooperação aos Presidentes dos Parlamentos Nacionais e uma audição realizar-se-á em breve.”

Aprovar uma nova Resolução antes de concluir o processo é, para Carlos Coelho uma “precipitação que gera erros.”

Na sua declaração de voto Carlos Coelho afirma:

“O erro de falar cedo de mais quando não há nada de novo para dizer;”

“O erro de falar cedo de mais quando não há nada de novo à vontade de instrumentalizá-la para atingir pessoas ou fazer política doméstica; o erro de começar por criticar Barak Obama quando devíamos investir no relançamento da cooperação transatlântica beneficiando da mudança da Administração norte-americana.”

“Por isso não poderei votar a favor desta Resolução, a destempo. Igualmente não poderei votar contra um texto que recorda valores essenciais do respeito pelos Direitos Humanos, pelo Estado de Direito e pela procura da verdade. Assim, abster-me-ei.”

## Parlamento Europeu aprova Taxas Reduzidas IVA para PME's



A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou um Relatório sobre “taxas reduzidas do imposto sobre o valor acrescentado”, apresentado no âmbito do pacote legislativo Small Business Act.

O Deputado Carlos Coelho lembra que “o fomento às Pequenas e Médias Empresas é nuclear no Small Business Act”.

Segundo o Deputado do PSD, as PME's representam “99% das empresas da União, responsáveis por mais de 100 milhões de empregos tendo criado, só nos últimos oito anos 8 milhões de postos de trabalho”

O diploma discutido hoje, que “permite que determinadas empresas beneficiem de uma taxa reduzida de IVA” visa, simultaneamente, tentar “solucionar o mercado paralelo de emprego e apelar à criação de empresas legítimas” tornando o mercado, ao mesmo tempo, mais competitivo e mais apelativo para as PME's.

Carlos Coelho manifestou ainda o seu agrado pela preocupação do diploma em proteger o Mercado Único “aplicando as regras deste documento a empresas que operem apenas localmente, evitando distorções” uma vez que por querermos “facilitar o funcionamento das PME's não podemos ferir princípios essenciais da União”.

O eurodeputado considerou ainda que este tipo de iniciativas legislativas constituem “um exemplo acabado das políticas a adoptar pelo Parlamento Europeu no campo económico”.

No âmbito deste pacote legislativo foi já criado o Regulamento geral de isenção por categoria, e serão ainda apresentados à discussão o novo estatuto europeu de empresa privada, e uma alteração à Directiva sobre atrasos nos pagamentos para ajudar a garantir que as PME sejam pagas a 30 dias, como estipula o prazo.

## Duarte Freitas defende os Conselhos Consultivos Regionais da Pesca



O Parlamento está a preparar um relatório de iniciativa intitulado “A governação no âmbito da Política Comum de Pescas: o Parlamento Europeu, os Conselhos Consultivos Regionais e as outras partes interessadas”.

Neste contexto, o Deputado Europeu Duarte Freitas referiu que “este documento é importante uma vez que pretende, em vésperas de uma revisão profunda da PCP, analisar e corrigir pontos menos positivos relacionados com a gestão desta política comum”.

A governação institucional da Política Comum das Pescas envolve, para além da Comissão Europeia, do Conselho, do Parlamento Europeu e das diversas administrações centrais e regionais dos Estados Membros, múltiplas entidades como o Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP), o Conselho Consultivo da Pesca e da Aquicultura

(CCPA), o Comité do Diálogo Social Sectorial para as Pescas Marítimas (SSDC) e agora também os Conselhos Consultivos Regionais (CCR).

Para uma melhor aceitação e eficácia da Política Comum de Pescas, Duarte Freitas referiu que “é imprescindível que a gestão desta política comum seja progressivamente descentralizada e operacionalizada por estruturas como os CCR's”.

Na opinião de Duarte Freitas, “é necessário que a PCP acompanhe os tempos modernos e deixe de ser uma estrutura demasiado centralizada, pesada e inflexível, nalguns casos.”

Para o Deputado Social-democrata, “o sector da Pesca comunitário e a sua gestão deverá assentar, cada vez mais, em medidas talhadas em conformidade com as necessidades e especificidades locais das diferentes pescarias. Para isso é necessário garantir um processo de descentralização do poder, devendo os CCR estar no cerne desta descentralização.”

Nesse sentido, Duarte Freitas apresentou um conjunto de propostas que “visam contribuir para o reforço dos CCRs, melhorando a sua operacionalidade e exigindo da Comissão Europeia uma maior atenção ao trabalho que é feito nestas importantes estruturas.”



## Sobre o “Fórum Verdade”:

Este Fórum deve ser um espaço de diálogos transversais com a sociedade portuguesa, de forma a fortalecer os laços da participação cívica com os partidos e as instituições sociais, culturais e económicas que diariamente desenvolvem o seu trabalho de forma solidária e sustentável.

Uma oportunidade para o PSD reforçar os seus ideais sociais-democratas, de respeito pela liberdade social, económica e cultural; mas rejeitando as teses ultra-liberais que asfixiam o nosso partido de desenvolver uma estratégia solidária, inter-geracional e sustentável para Portugal. Não queremos mais estado porque o mercado se desmorona, mas sim Estado regulador e distribuidor de competências, de filosofias políticas integradoras e in-

clusivas, de forma a combater o Mercado Absoluto que reinou de forma absoluta e irresponsável pelo mundo, pela Europa e pelo nosso país. E no qual, o nosso partido naufragou alguns dos seus ideais e princípios orientadores de construção de uma Nação Livre, com mercado livre mas onde a economia desempenha uma função social e cultural sustentável e de equidade. O Partido Social-democrata tem de “Pensar Portugal no Mundo” a partir deste pequeno rectângulo atlântico, de vocação atlântica, revolvendo ao nosso país um tecido produtivo moderno e competitivo, com base na ciência, na tecnologia e no pensamento social. É urgente, pensar as NOSSAS CIDADES, programar e planificar a escala de



proximidade desenvolvendo políticas de qualidade de vida, aproximando as pessoas, os serviços e o emprego. Evitar uma sociedade em trânsito, em deriva, insustentável economicamente e doentia

em termos de participação cívica. O PSD tem de colocar na Agenda as Cidades, A Qualidade de Vida, A Proximidade, etc.

- Fernando Matos Rodrigues

## Duas crises, dois políticos...

Corria o ano de 1917 e Portugal estava afundado numa tremenda crise. Crise que se manifestava pela falta de trabalho, elevado custo de vida, inflação galopante, carência de alimentos, fome, e instabilidade social. Todo este panorama — horrível e insuportável — era, de facto, causado pela guerra que assolava a Europa e o mundo. Os circuitos comerciais e produtivos estavam desmantelados e imperava em todos os países a lei da sobrevivência a todo o custo. Em Portugal, as greves sucediam-se a toda a hora, conspirava-se descaradamente contra o Governo e contra a República. Parecia que ninguém conseguia compreender que a crise, sendo nacional, era, também internacional. Os Portugueses acreditavam que bastaria substituir o Governo para que as condições se alterassem. E foi isso que fizeram por recurso a um golpe de Estado apoiado num sangrento golpe militar conduzido por Sidónio Pais, major do Exército, professor, diplomata e antigo representante de Portugal em Berlim.

Foi esta, nos tempos recentes, a segunda manifestação, de um conjunto sucessivo de outras mais, de que os Portugueses mantinham vivo o culto sebastianista na crença da volta de um salvador da Pátria. Um D. Sebastião redentor. A primeira acontecera anos antes, em Outubro de 1910, aquando da proclamação da República: acreditou-se que bastava derrubar o carcomido trono dos Braganças para, por um passe de mágica, tudo se modificar no país e Portugal nascer redimido dos seus pecados, limpo das suas ignorâncias, forte das suas tibiezas. Desfeitos os sonhos iniciais, foi a guerra quem fez surgir de novo a necessidade de se imaginar possível o milagre feito por um só homem. O 28 de Maio de 1926, a entrega do Poder a Salazar, as eleições de Humberto Delgado, o 25 de Abril de 1974 — plasmado no 1.º de Maio que se lhe seguiu — Mário Soares e Cavaco Silva foram outras tantas manifestações de um sebastianismo mal definido, de contorno esfumados, mas carregado de esperanças taumatúrgicas.

A última exteriorização desse messia-



nismo atávico dos Portugueses aconteceu há quase quatro anos quando se deu a maioria dos votos legislativos ao Partido Socialista consubstanciado na pessoa de José Sócrates.

Realmente, depois de Guterres ter abandonado a governação com um «quem vier atrás que feche a porta», tal era já o plano inclinado em que entrara a política nacional; depois de Durão Barroso ter passado a cadeira a Santana Lopes e este provar o óbvio: Portugal estava à deriva; os Portugueses, representados na figura de Jorge Sampaio, optaram pelo milagre.

Era de um milagre que o país necessitava e o Partido Socialista escorado na figura de José Sócrates aparece como a salvação e o seu secretário-geral como o único salvador.

Com uma confortável maioria absoluta, Sócrates, tal como Sidónio Pais, oitenta e tal anos antes, empreendeu uma política que confundia valores correctos com mentiras. Sidónio só via o que queria ver, só descortinava o país que lhe dava jeito; Sócrates passou a legislar como se em ditadura estivesse, alheio, completamente alheio, desinteressado mesmo de todos os danos colaterais que uma política subordinada e condicionada pelos interesses estrangeiros provocava. Sidónio Pais fez o mesmo para agradar à Grã-Bretanha, em 1918. E Sócrates, tal como Sidónio, convenceu-se de que está a trabalhar para o bem-estar dos Portugueses e, exactamente como ele, rodeou-se de ministros que desejam, nas suas acções e políticas, reflectir a imagem do chefe.

A política nacional nestes quatro anos

não melhorou, tudo se degradou, mas Sócrates continua impante, pavoneando-se pelo país, apregoando reformas sobre reformas que se mostram absolutamente incapazes de atenuar o mal-estar dos Portugueses. Ao contrário, a política levada a cabo cada vez mais está distante das promessas eleitorais de há quatro anos. Para ser outro Sidónio falta-lhe muito pouco!

Não pensem os menos dados ao estudo do passado que no tempo de Sidónio Pais não havia uma forte oposição àquele governante! Pelo contrário, houve-a e grande, mas existia, também, uma mole de Portugueses que, obcecada pelo mito sebastianista, surda à voz da razão, crente no que acreditava ser possível, descrente de tudo o mais e de todas as soluções lógicas, idolatrava o Presidente-Rei como lhe chamou Fernando Pessoa.

Aproxima-se o tempo das eleições, o tempo da mínima democracia — pois estão as escolhas e decisões populares reduzidas ao acto de introduzir um boletim de voto numa urna, condicionando, desta forma, quatro anos da vida de Portugal — e, olhando a conjuntura, tomando atenção às sondagens publicadas nos jornais, há indicações de que, por força do sebastianismo latente nos Portugueses, de novo — agora sem maioria absoluta — há ainda possibilidades de sair vencedor o Partido Socialista com José Sócrates na frente. Um José Sócrates sorridente, mentiroso, transpirando confiança e arrogância como se a sua vitória fosse consequência de obra realizada. Não. A vitória de Sócrates, se acontecer - o que de forma alguma desejo, antes muito receio - vai ser o resultado de uma escolha condicionada por uma credence centenária, pelo receio de tomar decisões mais ousadas, pela ausência de racionalismo na escolha, por uma ignorância que ronda a estupidez.

A mim, colocando-me como observador externo, fica-me só presa na garganta uma pergunta:

— Nós, os Portugueses, somos assim por incapacidade ou por destino?

- Nelson Batista Cardoso



# O FEIRANTE!

Vasco Graça Moura (\*)

Quando Manuela Ferreira Leite assumiu a presidência do PSD afirmou alto e bom som que não havia dinheiro para nada e que a situação era de crise e de emergência social. Poucos meses mais tarde, os factos vinham dar-lhe carradas de razão e pôr à mostra quer o falhanço escandaloso das políticas do Governo, quer a batota sistemática por ele praticada!

A presidente do PSD tem explicado quase diariamente que o Governo está a seguir um caminho completamente errado para fazer face à crise. Mas o Governo não tem a coragem de lhe responder com seriedade. Regouga uns apartes sem conteúdo real, manda umas bocas idiotas em arremedo de resposta e não se atreve a discutir em concreto um só ponto dos que ela suscita.

Está-se assim perante duas orientações muito diferentes: uma que consiste em anunciar o despejo à toa de baldes de dinheiro em cima de alguns problemas, sem qualquer critério seguro e só para que os papalvos acreditem piamente que estão a ser tomadas medidas eficazes contra a crise; e outra que propõe uma política de verdade e a tomada de medidas sérias para atacar os mais importantes problemas sectoriais e muito em especial

para reduzir os custos das empresas, de modo a que estas consigam sobreviver, assegurar o emprego e aumentar a sua competitividade.

A primeira é a de Sócrates, estouvada e irresponsável. Vive da pantomina e da trapalhice. Redundará no favorecimento de jogadas, improvisos, descoordenações e compadrios e no empobrecimento de um país que já está pelas ruas da amargura, sem resolver nenhum problema de fundo.

A segunda é a de Manuela Ferreira Leite, que, aliás, explica com toda a clareza: “Enquanto o Governo continuar a atirar para todos os lados, sem uma linha de orientação certa, os resultados são os que estão à vista: falências todos os dias, o desemprego a aumentar e as empresas cada vez mais endividadas.” Ora, como ela disse também, “as empresas estão com problemas de tesouraria, precisam de sobreviver e isso não se resolve oferecendo mais crédito para se endividarem”.

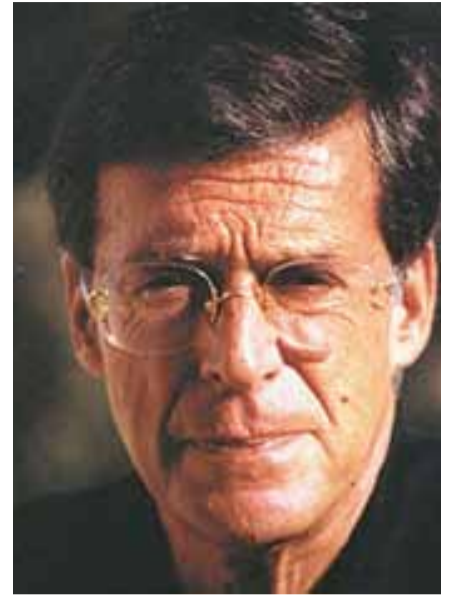
Daí as propostas em que o PSD tem insistido como alternativa para o combate à crise e para o reforço da coesão e da solidariedade social (entre outras, a descida da taxa social única, a alteração do regime de pagamento do IVA, o pagamento das dívidas do Estado às empresas e a extinção do pagamento especial por

conta, ou a possibilidade da compensação de créditos entre o Estado e as empresas).

Ainda agora, reagindo a mais uma das partes gagas de José Sócrates, Manuela Ferreira Leite falou da dificuldade de delimitar as categorias dos ricos e dos pobres e observou que a redução das deduções proposta pelo primeiro-ministro como se se tratasse da invenção da pólvora não terá nenhum resultado significativo, o que foi logo confirmado por economistas de todos os quadrantes.

Tornar-se-ia necessário que ele definisse exactamente quais as classes que considera ricas para tal efeito. Aliás, nos tempos que correm, de erosão generalizada da riqueza e das fortunas, esse sempre será um exercício conceptual tão bizarro quanto arriscado. Mas sem discutir o fundo do problema, Sócrates limitou-se a responder que era perfeitamente possível identificar os ricos...

Sem emenda nem travão na manipulação dos auditórios, o homem tem vivido impunemente da ilusão de óptica e da propaganda desenfreada, a dar largas à parvoice política do costume. Só percebe uma coisa: tem de fazer muito barulho, de gesticular muito e de levantar muita poeira para ver se as pessoas não percebem a desmontagem implacável que Manuela Ferreira Leite faz das suas asneiras.



Mas a líder do PSD tem sabido confrontá-lo sistematicamente com elas. E então fica bem à vista a que ponto Sócrates sabe pouco, é muito incompetente, não tem uma visão clara dos problemas, baralha tudo e cede a uma propensão fatal para vendedor de feira. - (\*) Escritor, deputado Europeu pelo PSD

P.S.: No domingo, no noticiário das 13.00 da RTP1, surgiu no ecrã, por mais de uma vez, a palavra “crise” sobre uma grande seta voltada para baixo, em tons entre o amarelo e o laranja, que, por na forma e na cor sugerir o símbolo do PSD, só aponta para uma tentativa de manipulação subliminal (e intencional) dos espectadores. É mais um escândalo do nosso serviço público de televisão!

## Small is beautiful ...

Ricardo Rio (\*)

Depois de anos a fio em que os Portugueses se viram esmagados pelo discurso dos “Grandes Grupos”, pelos exemplos da capacidade e da força dos seus principais potentados económicos dos diferentes sectores de actividade e pela cavalgada galopante dos esforços de fusão e concentração de empresas, seria quase caso para dizer que este é o tempo de voltar a prestar atenção ao detalhe.

E, pode acrescentar-se, neste caso o detalhe até não é pequeno: o conjunto das micro, pequenas e médias empresas (PME) absorve uma parcela significativa dos volumes de emprego e de produção nacionais, sendo facilmente associado à principal fonte de dinamismo ou de retracção da nossa economia a cada momento.

Por esta via, é possível aferir das perspectivas de desempenho económico próximas da economia nacional através da performance das nossas pequenas e médias empresas, seja pelos ecos da criação de novos projectos, seja pelos relatos de encerramento de muitas das sociedades existentes.

A este nível, é também fácil perceber que em períodos de maior dificuldade do conjunto da economia, o Estado deve concentrar esforços na preservação desta malha empresarial aparentemente mais



frágil, mas que não raras vezes assume o papel de tábua de salvação das condições de bem-estar e subsistência de um enorme número de famílias.

Ao longo dos anos de governação socialista, as PME têm sido alvo de uma dialéctica verdadeiramente paradoxal, porquanto os discursos oficiais de apoio a esta franja do nosso tecido empresarial (nas áreas da formação, da dotação de

quadros qualificados, dos apoios à inovação ou internacionalização) tiveram como contrapartida práticas fiscais e administrativas que mais contribuíram para o seu estrangulamento, quando não conduziram à sua liquidação, por força de opções politicamente desadequadas ou de exigências economicamente insustentáveis.

Neste particular, cumpre também frisar que mais do que analisar as medidas de per si, é importante enquadrá-las com a conjuntura económica envolvente e avaliar se face à alteração dos dados externos se continuam a justificar iniciativas anteriormente introduzidas a estes diferentes níveis.

O Pagamento Especial por Conta (PEC) é um bom exemplo desta mesma situação. Aquando da sua introdução, assumia-se ser mais benéfico o efeito regulador que o mesmo poderia ter sobre as práticas fiscais de certas empresas, que prejudiciais as dificuldades que o mesmo poderia trazer a algumas entidades, ainda que cumpridoras, mas economicamente mais frágeis.

Numa segunda fase, a esse primeiro objectivo, juntou-se a ideia de que este seria também um mecanismo de forçar estas empresas a participar no esforço colectivo de disciplinar as contas públicas,

voltando a prevalecer tais metas sobre os impactos nocivos na economia.

No cenário económico recente, o PEC, tal como outras práticas fiscais (em especial ao nível do IVA), conjugado com a vergonhosa prática de atraso nos prazos de pagamento dos organismos públicos ou com a lenta resposta dos organismos de gestão dos fundos nacionais e comunitários, assume-se como uma espécie de guilhotina sobre a sobrevivência de muitas unidades empresariais, cujos estrangulamentos de tesouraria se transformaram numa barreira intransponível, indutora do seu encerramento.

Por tudo isto, não era difícil perceber que, tal como já o fizera Luís Marques Mendes aquando da sua passagem pela liderança do PSD, a actual líder, Manuela Ferreira Leite, assumisse desde cedo a prioridade a conferir aos apoios dirigidos às Pequenas e Médias Empresas.

Não era necessária uma especial clarividência económica para o fazer, bastando o conhecimento básico sobre a realidade empresarial nacional e um mínimo de bom-senso que tão arredado tem andado dos governantes em funções para entender a relevância de tal orientação política.

Como sempre o tem feito, a líder do PSD adoptou um discurso intransigente

nessa matéria, recuperando o trabalho positivo efectuado pela Bancada do Partido na Assembleia da Republica e pelos seus antecessores, auscultando os parceiros sociais para enriquecer os seus contributos e apresentando um conjunto de propostas que atestam da insuficiência das medidas (tardamente) anunciadas pelo actual Governo.

Na mesma linha, registre-se a coerência de dedicar a esta mesma problemática a prioridade de abrir os “Fóruns da Verdade” que percorrerão o País na discussão, com representantes dos sectores e com a sociedade civil, das principais temáticas da agenda política.

Em Braga, no Hotel Turismo, na noite da próxima Quinta-feira, as PME’s

voltarão a estar “no centro da Política Económica”, no primeiro Fórum Portugal de Verdade, com a participação de Armindo Monteiro (Presidente da Associação Nacional de Jovens Empresários) e dos empresários António Saraiva e Ana Paula Rafael.

Pena é que nem o Primeiro-Ministro nem o Ministro da Economia pareçam

dispostos a assistir a este evento ou a participar nesta discussão.

Porque dessa verdade sairia uma melhor política para Portugal e um melhor futuro para a nossa economia.

- (\*) Economista, Vereador da Câmara de Braga. Correspondente do PL

## Notícias de Braga

# Intervenção de João Granja na Assembleia Municipal de Braga sobre o escandaloso arquivamento da investigação ao enriquecimento de Mesquita Machado

Senhor Presidente, senhores deputados, Minhas senhoras e meus senhores, subo a esta tribuna e uso hoje da palavra para denunciar uma situação grave, muito grave, que pelos seus contornos pode bem classificar-se como verdadeiramente escandalosa.

Vamos aos factos!

É irrazoável, diria mesmo, inaceitável, seja com o Presidente da Câmara de Braga, seja com qualquer outro autarca, que se levantem graves suspeições de enriquecimento ilícito e a justiça precise de se arrastar penosamente, durante mais de oito anos, para anunciar o arquivamento do respectivo inquérito por falta de provas.

Nenhum cidadão, seja autarca, político ou qualquer outro, merece ser alvo de uma destruidora suspeição sem que, em tempo útil, a justiça cumpra o seu papel.

O que ninguém esperaria, neste caso em concreto, é que o magistrado responsável pelo processo viesse, publicamente, ao fim de tanto tempo, reconhecer as fragilidades de uma investigação que esteve parada quase sete anos e afirmasse, (passo a citar) “que importava mobilizar meios e redobrar esforços na investigação” levando a que se desconheça “se não foi irremediavelmente perdida a oportunidade de se carregarem indícios que a denúncia exigia e impunha”.

Inacreditavelmente, um dos motivos invocados pelo Ministério Público para não ser possível estabelecer o nexo de causalidade entre o enriquecimento e qualquer facto ilícito é a falta de colaboração de outras entidades, pasme-se, do próprio Estado, como é o caso da Inspeção Geral de Finanças e do IGAT.

Mas os factos não se ficam por aqui!

É o próprio Procurador do Ministério Público que, no despacho de arquivamento diz, concreta e objectivamente, o seguinte:

(E passo a citar) : “E com toda a clareza, não foi possível, nem ficou plasmada na tramitação destes autos, tal preocupação de prioridade que contribuisse eficazmente e com transparência para o esclarecimento da verdade factual. Não porque se não mostrasse preocupado o

Ministério Público, mas por manifesta falta de meios da P.J. – Directoria do Porto, que tinha tal responsabilidade, e a meio do percurso se viu “afundada” e “ocupada” noutras investigações, talvez mais mediáticas, e que tiveram como consequência, a falta de recursos humanos para afectar a tal objectivo.

É com isto que se não compadece a realização da justiça.”

Senhoras e senhores deputados,

É clara a confissão de impotência e um triste lamento de incapacidade de realizar a justiça.

Porventura não esperaria o Ministério Público que aquela peça processual merecesse tão grande atenção mediática.

Mas já que assim é, tem agora o senhor Procurador-Geral da República uma boa oportunidade para reabrir o processo e permitir que se concretizem, entre outras, as audições das entidades públicas que, incompreensivelmente, invocaram falta de meios ou incompetência para se pronunciarem.

São processos como este que levam a que os portugueses, cada vez mais, acreditem menos na Justiça, contribuindo para a degradação da qualidade da nossa Democracia.

A ingenuidade ou excesso de zelo de alguns dos presentes nesta sala levaram a que se congratulassem e até a explorar politicamente o encerramento da investigação, como se de uma conquista se tratasse.

Mas, se o Ministério Público, assumidamente, não conseguiu encontrar nexos de causalidade entre o enriquecimento e possíveis ilícitos, não deixou de inventariar um conjunto de situações objectivas que, pela sua natureza e dimensão, não deixaram de gerar perplexidade nos cidadãos mais atentos de todo o Portugal.

O trabalho jornalístico do Correio da Manhã, apesar das muitas incorrecções e defeitos que se lhe possam apontar, teve o condão de trazer ao domínio público esse conjunto de factos que carecem de uma explicação clara e objectiva que justifique o enorme desfasamento entre os rendimentos declarados pelos visados e o seu vasto e diversificado património.

É bom que fique claro que não estamos a julgar o trabalho jornalístico do Correio da Manhã, pelo que não vale a pena tentar iludir as questões essenciais com aspectos pontuais, cuja justeza, obviamente, não questionamos.

Depois das declarações do adjunto do presidente da Câmara que afirmou peremptoriamente que “a única coisa que há a dizer é o que disse o Ministério Público, que o processo foi arquivado. E, à justiça o que é da justiça”, não deixa de ser curioso que, menos de 48 horas depois, sejam os próprios a emendarem a mão e a disponibilizarem-se para quaisquer esclarecimentos.

Não menos curiosa é a forma que acharam de prestar os tais esclarecimentos, disponibilizando, 4 horas (!), sim 4 horas, em quatro dias diferentes, no município, note-se bem, para tentarem esclarecer aos bracarenses aquilo que a PJ e o Ministério Público não conseguiram esclarecer em oito anos.

É ainda lamentável o uso dos meios da Câmara na tentativa de justificarem questões de índole meramente particular e é especialmente condenável que quem encabeça os destinos da edilidade, assumida com tão pouca sensatez e desvergonha a confusão entre o plano pessoal e o plano institucional.

As regras elementares do bom senso,

deviam levar os visados a perceber que estão obrigados a prestar tais esclarecimentos, por força dos cargos que exercem, mas não devem, nem podem, fazê-lo, no exercício desses mesmos cargos.

**“Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vem...”**

É sintomático que invoquem a ética republicana, que a tão alta voz apregoam respeitar, que infelizmente é contrariada pela prática.

Senhor Presidente, senhores Deputados, a transparência, a competência, a liberdade, a lisura não se legislam, praticam-se.

Mas é bom que fique claro que esta mancha não cobre todos os autarcas, nem tão pouco todos os socialistas.

Olho para esta vasta plateia e não vejo milionários, vejo antes autarcas empenhados e esforçados por servirem o interesse das populações, que estão seguramente tão empenhados, como os demais, em ver apurada toda a verdade.

Quando se suscitam dúvidas desta natureza, o povo tem uma expressão que traduz de forma sintética e muito feliz esta ideia:

“Quem cabritos vende e cabras não





tem, de algum lado lhe vem”.

Há questões que independentemente de não terem sido, ou em circunstância alguma, poderem ser escrutinadas, ou criticadas do ponto de vista jurídico, justificam, ainda assim, o cabal esclarecimento do ponto de vista político.

Daí que nós, tal como vós, nos interroguemos:

Alguém acha normal que a Câmara Municipal de Braga arrende um espaço para instalação da loja da internet ao filho do Presidente da Câmara?

Alguém acha normal que não tenha sido estudada mais nenhuma alternativa?

Alguém acha normal que não fosse avaliada se a localização era uma zona de normal frequência de jovens?

Alguém acha normal que não fossem ponderadas nem revistas as condições financeiras contratualizadas?

Alguém acha normal que os movimentos bancários de um cidadão ultrapassem em larga escala os rendimentos por si declarados?

Alguém acha normal o património e as alterações de registos de propriedade de bens móveis e imóveis de autarcas e técnicos face aos vencimentos auferidos por estes?

Alguém acha normal as condições financeiras, em valor ou condições de pagamento, de que usufruíram os filhos do Presidente da Câmara na aquisição de edifícios ou empresas de valor de mercado substancialmente superior?

Alguém acha normal que a Câmara Municipal tenha optado por alienar as praças da cidade a privados em vez de seguir o modelo de reserva do direito de superfície, que melhor salvaguarda o interesse público e que foi seguido por outras congéneres à escala nacional?

Senhor Presidente, senhores deputados, Minhas senhoras e meus senhores: enunciámos uma pequena parte das questões que assolam qualquer cidadão médio e fazemo-lo, sublinhe-se, no local próprio, exigindo explicações claras e objectivas, uma vez que os visados têm manifestado resistência em fazê-lo, pois não serve de pretexto a audição, em jeito de confissão, que o Presidente e o Vice-Presidente da autarquia se disponibilizaram para promover nas instalações do município.

Que as portas da Câmara se abram, mas para resolver os problemas dos bragueses, não os vossos!

De nada adianta tirar sondagens da gaveta para criar manobras de diversão política que tentam iludir o essencial.

O ónus de promover os devidos esclarecimentos impende sobre os visados.

Os portugueses em geral, e os bragueses em particular, aguardam que tal suceda.

Pela nossa parte, esperamos serenamente pelas explicações que tardam em chegar. - João Granja, Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Braga

### Visita de vereadores do PSD ao Colégio de Nossa Senhora das Graças em Real

O líder da Coligação “Juntos por Braga” e Vereador na Câmara Municipal, Ricardo Rio, acompanhado pelos vereadores Serafim Rebelo e Filomena Bordalo e de Autarcas do PSD na Assembleia de



Freguesia de Real, efectuou na semana anterior uma visita ao Colégio de Nossa Senhora das Graças em Real.

A iniciativa resultou do convite dos eleitos pela Coligação Juntos por Braga à Assembleia de Freguesia de Real, inserida numa série de visitas programadas às diversas instituições da freguesia, tendo Ricardo Rio aproveitado mais esta visita para conhecer de perto o meritório trabalho que o Colégio de Nossa Senhora das Graças desenvolve nas vertentes educativas e no campo mais vasto da acção social.

Acompanhado por Rui Milhão, que encabeçou a lista da Coligação à Assembleia de Freguesia de Real em 2005, Ricardo Rio e a restante comitiva foram recebidos pelas responsáveis do Colégio de Nossa Senhora das Graças, tendo procedido à visita às instalações da instituição.

O líder da Coligação “Juntos por Braga” manifestou-se especialmente agradado com a qualidade das instalações e do serviço prestado a todos os utentes da instituição, enaltecendo os méritos do projecto educativo do Colégio e as vantagens da partilha de experiências entre as diferentes gerações (que a existência dos diferentes tipos de valências potencia).

Enaltecendo as vantagens destas instituições para o desenvolvimento das Freguesias do Concelho e para um apoio mais próximo aos cidadãos mais necessitados de apoio, no que respeita às valências de apoio à terceira idade, Ricardo Rio expressou a sua disponibilidade para colaborar a todos os títulos com este tipo de entidades, em benefício dos serviços prestados às respectivas comunidades.

O candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga enfatizou também que dentro do respeito pela liberdade de escolha das famílias quanto à frequência do ensino privado e público, não admite que, em qualquer circunstância, uma Autarquia possa discriminar o acesso a bens e serviços públicos em função da natureza das escolas.

Neste sentido, entende que as crianças de uma instituição como o Colégio de Nossa Senhora das Graças merecem igual apoio às das demais instituições de ensino, seja no transporte para a participação em iniciativas de cariz municipal, seja no acesso a serviços como a Quinta Pedagógica, a Escola de Educação Rodoviária ou outros de natureza municipal.

O líder da Coligação na Assembleia de Freguesia de Real, Rui Milhão, sublinhou o reconhecimento pela recepção e cordialidade demonstradas durante a visita e transmitiu a importância do trabalho desenvolvido pela instituição na resolução de problemas sociais na freguesia. Aproveitou ainda para felicitar as responsáveis do Colégio de Nossa Senhora das Graças, pela excelência dos equipamentos e por aquilo que representa o funcionamento dos seus serviços para a população local, manifestando disponibilidade institucional para, em parceria com os agentes locais, continuar a trabalhar para melhorar a resposta social na sua freguesia.

O Colégio de Nossa Senhora das Graças situado na freguesia de Real, nasceu de um sonho de uma religiosa, a Irmã Maria das Graças Rosa e do esforço do trabalho e dedicação de um sacerdote Franciscano, Frei António

Pedro da Anunciação. Está registado na Direcção Geral da Segurança Social e no livro das Associações de Solidariedade Social, como Instituição Particular de Solidariedade Social (I.P.S.S.). Como Estabelecimento de Ensino foi reconhecido pelo Ministério da Educação em Outubro de 1981, cumprindo todas as exigências legais e todas as recomendações do Ministério da Educação.

Em trinta anos de esforço contínuo, as Irmãs construíram toda a diversidade das instalações actuais, dispondo de várias valências:

- O Colégio (creche, pré-escolar, A.T.L, 1º e 2º ciclos do Ensino Básico) com capacidade para cerca de 500 crianças, dispõe de espaços muito diferenciados, todos construídos de raiz nos terrenos da antiga exploração agrícola, e pensados para responder às diferentes necessidades dos sucessivos graus de ensino.

- Centro de Dia, Mini-Lar e Apoio Domiciliário, para apoio a idosos e doentes, que não fazendo parte da dimensão pedagógica da instituição, acabam por integrar de certa forma uma dimensão educativa.

O Mini-Lar de terceira idade tem capacidade máxima para 10 utentes. É preocupação da instituição que o recurso ao serviço do Lar, seja feito apenas quando as respostas do Centro de Dia e Apoio Domiciliário não sejam possíveis.

O Centro de Dia tem capacidade máxima para 20 utentes. Oferece aos seus utentes transporte, almoço, lanche e jantar e ainda durante todo o período de permanência diária coloca ao dispor, um leque de actividades lúdicas e recreativas. As suas infra-estruturas compreendem um bar, uma sala de convívio, um refeitório e alguns agradáveis espaços exteriores.

O Apoio Domiciliário tem capacidade máxima para 30 utentes e pretende dar respostas a idosos no domicílio, com carências, limitações físicas e mentais. O Apoio Domiciliário oferece alimentação, cuidados de higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa e apoio psicossocial. São preferencialmente admitidos idosos da freguesia de Real, excepcionalmente residentes em freguesias limítrofes.

A instituição dispõe ainda de um Lar de Crianças e Jovens com capacidade para 35 utentes do sexo feminino. Recebe crianças e jovens de todas as regiões do país, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, vítimas de negligência e carências económicas, que se encontram institucionalizadas através de entidades públicas tais como: Tribunal de Família e Menores e Segurança Social. O Centro Social de Nossa Senhora das Graças,

A Câmara de Braga ao serviço de todos.  
Já só faltam 2 anos.

BRAGA2009  
Coligação Juntos por Braga

é responsável pelo seu amparo físico, económico, moral e social. - Gab. Aut. PSD/Braga

### **Nota à Comunicação Social sobre a recém-divulgada sondagem do PS** **Mentira de Vítor Sousa ou desespero do PS?**

A Comissão Política de Secção do PSD de Braga vem reagir com espanto e incredulidade à sondagem, alegadamente inexistente, hoje apresentada pelo PS.

De duas uma, ou a secção bracarense do Partido Socialista funciona em roda livre, imperando o desconcerto e o desnorte; ou então o seu líder, Vítor Sousa, mentiu descarada e conscientemente aos bracarenses. E fê-lo negando o que já houvera sido tornado público por diversas pessoas, incluindo o candidato da Coligação Juntos por Braga, Ricardo Rio.

Em qualquer dos casos, o sinal assim transmitido aos bracarenses é grave, mas sintomático do clima tenso e agitado que se vive nas cúpulas daquela estrutura.

As declarações do dirigente socialista foram cristalinas e não deixaram qualquer margem para dúvidas “Oficialmente, não há sondagem nenhuma. O Partido Socialista continua o seu trabalho calmo e sereno e nada preocupado com o que são as intenções de voto dos bracarenses”; “sendo ainda muito cedo para tomar qualquer posição” quanto à escolha do cabeça-de-lista para a Câmara.

Ora, se aquilo que então afirmou à imprensa correspondia à verdade, temos de inferir que, a existência da dita sondagem, só pode contrariar estas declarações. Onde, o PS de Braga está efectivamente preocupado e muito com (a perda do) o voto dos bracarenses e o trabalho que supostamente desenvolve não é nem calmo, nem sereno.

Confessamos que compreendemos o sentimento de intranquilidade e desorientação que reina na concelhia socialista, é que, como é bom de ver, o pulsar da

cidade inclina-se cada vez mais no sentido contrário àquele que interessaria às hostes do PS.

Percebemos que os responsáveis locais do PS andam incomodados e, em desespero de causa, tiveram necessidade de produzir uma manobra de diversão que mais não visa do que distrair os Bracarenses do essencial.

Obviamente que os resultados desta ou doutras sondagens são o que menos interessa.

A postura que assumimos em meados de Novembro, quando uma sondagem publicada no Diário do Minho nos dava a vitória nas eleições autárquicas, é a mesma que agora nos orienta. Um mero estudo de opinião não muda a irredutibilidade do nosso rumo, não altera a persistência do nosso trabalho, não desvirtua, nem belisca a justeza dos anseios dos bracarenses, anseios que partilhamos por inteiro e defendemos intransigentemente.

A Coligação, através de um trabalho sério, credível, insistente e persistente, granjeou, junto dos bracarenses, um estatuto de respeitabilidade que se deve ao espírito abnegado daqueles que a compõem e à partilha de uma exclusiva e irredutível preocupação – o bem-estar de Braga e dos bracarenses. - CPS/Braga-PD

### **Nota à Comunicação Social, a propósito do Comunicado do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Braga, sobre as recentes notícias publicadas no jornal Correio da Manhã sobre o Eng. Mesquita Machado**

A propósito do que foi dado à estampa no jornal diário Correio da Manhã, nas edições de Sábado e Domingo, em que se abordam factos dados como asentes no processo judicial, recentemente arquivado contra o Eng. Mesquita Machado, nomeadamente no que concerne à fortuna familiar e negócios alegadamente menos claros dos quais terão beneficia-



do tanto Mesquita Machado como sua esposa e filhos,

1- A Comissão Política de Secção do PSD de Braga vem desde já repudiar de forma veemente a postura de total confusão institucional que reina no município bracarense. É inconcebível que se afirme que num eventual processo judicial a mover a propósito da reportagem jornalística do Correio da Manhã, em que são visados única e exclusivamente os cidadãos acima descritos, seja a Câmara Municipal a patrocinar pelos meios públicos a defesa das posições que caberiam em única instância aos visados;

2- O desnorte institucional relatado demonstra bem a insensatez com que o município e a coisa pública vêm sendo geridos, situação para a qual já tínhamos alertado e que consideramos inaceitável seja sobre que pretexto for;

3- O gabinete de comunicação da Câmara Municipal de Braga não é, apesar dos usos e costumes o parecerem desmentir, um meio de propaganda da autarquia e dos seus funcionários, mas um serviço pago por todos os bracarenses e cujo fun-

cionamento não deve, nem pode, estar ao serviço de estratégias político-partidárias;

4- Onde, se é lícito ao cidadão João Paulo Mesquita oferecer os seus préstimos em auxílio dos cidadãos em causa, a título gratuito, é, por outro lado, intolerável que este misture as competências e funções que lhe estão cometidas enquanto adjunto da autarquia, com sentimentos e/ou opiniões pessoais, dele ou doutros, que nada dizem ou interessam aos municípios;

Reafirmamos o nosso total e inabalável compromisso com Braga e os bracarenses, com a verdade e a boa gestão da coisa pública. Podem os cidadãos estar certos de que a cegueira e dislate, que parecem nortear a maioria socialista, não serão por nós tolerados. Seremos intransigentes na sua condenação e não desistiremos de reivindicar um comportamento e postura ética e civicamente exemplares por parte daqueles que, como nós, ocupam lugares cuja relevância pública o exige.

- A Comissão Política de Secção do PSD de Braga

## Notícias de Cascais

# Requalificação do espaço público na Praia das Avencas



A Praia das Avencas, na Parede, vai ser alvo, já a partir do dia 25 de Fevereiro, de intervenção que visa a requalificação paisagística e ambiental desta zona, através da valorização de infra-estruturas e acessibilidades.

Inicialmente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), a responsabilidade da execução desta obra foi remetida para a CMC mediante acordo assinado entre as duas entidades.

Esta intervenção prevê: a melhoria das acessibilidades, incluindo a requalificação do túnel inferior pedonal e a construção de um passeio; a drenagem pluvial, com implementação de novos escoamentos e recolha das águas da

cobertura do apoio de praia existente; a instalação de projectores encastrados no pavimento e de projectores colocados a 4,5 m de altura, reforçando as condições de segurança do local.

Com um prazo de execução de 200 dias, a obra estará a cargo da Empresa de Serviços Urbanos de Cascais – ESUC, significando um investimento de mais de € 700.000,00.

### **Sobre a Praia das Avencas**

A Praia das Avencas constitui um exemplo vivo da biodiversidade nos ecossistemas litorais. O acesso é realizado por uma passagem subterrânea, seguida de escadas. Existe uma zona pedonal



implantada na rocha e possui uma importante fauna e flora marinha, estando prevista a criação, neste local, de uma zona de interesse biofísico.

### Cascais reabre ao público Forte de S. Jorge de Oitavos

Após um período de encerramento para obras de reabilitação dos seus espaços e revisão dos conteúdos expositivos, o Forte de S. Jorge de Oitavos reabre como Centro Interpretativo, no próximo dia 28 de Fevereiro. A inauguração tem lugar às 12h00 e conta com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho.

Com esta renovação procurou-se constituir um discurso diacrónico que revisita os acontecimentos e as personagens mais marcantes da história desta fortificação no contexto da sua ligação a Cascais e à sua população, mas também à história de Portugal entre os séculos XV e XIX.

Através de pequenos textos, peças e imagens, os visitantes terão uma percepção mais ampla dos aspectos relacionados com a construção da fortificação e do seu papel enquanto dispositivo militar, inserido no conjunto das muitas fortificações militares da defesa avançada da barra do Tejo.

Com o recurso a réplicas de uniformes e gravuras antigas, bem como instrumentos que eram utilizados no antigo paiol, são também abordados alguns temas de maior especificidade, nomeadamente os que se relacionam com o desenvolvimento da artilharia e dos fardamentos.

O Centro Interpretativo de S. Jorge de Oitavos dispõe ainda de uma sala para exposições temporárias, de um serviço de visitas guiadas, bem como de um serviço Educativo para articulação com as escolas.

Os projectos de arquitectura e especialidades respeitaram as características da arquitectura seiscentista desta antiga fortificação, construída entre 1642 e 1648 para proteger as populações de Cascais dos inimigos que se aproximavam do mar e que ali encontravam um ponto de possível desembarque.

Classificado como Imóvel de Interesse Público, este Forte (com acesso pela estrada do Guincho) foi cedido à Câmara Municipal de Cascais pela Direcção-geral do Património do Estado em 1999.

### Exposição Cascais + Ambiente: Uma estratégia para o desenvolvimento sustentável de Cascais

Traduzindo “o esforço que a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a fazer no quadro de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do concelho, com o intuito de proteger o património natural e edificado, e melhorar a qualidade de vida das populações”, conforme salientou António d'Orey Capucho, presidente da Câmara Municipal, abriu no passado dia 10 ao público a exposição Cascais + Ambiente, no antigo edifício dos Bombeiros, ao lado dos Paços do Concelho.

Esta exposição tem por objectivo divulgar projectos que já estão em curso e fornecer informações sobre os projectos a implementar a curto prazo, como os Parques de Natureza, Parques Urbanos e Espaços Públicos Verdes Urbanos (peque-

nos jardins). Este conjunto de parques e jardins visa implementar hábitos de vida mais compatíveis com a protecção do ambiente e uma vida saudável em Cascais, através do aproveitamento do património Natural do concelho.

Esta estratégia da CMC passa pela recuperação do património edificado relacionado com a natureza (quintas, azenhas) e pela identificação dos recursos naturais do concelho, visando o seu aproveitamento lúdico, pedagógico e científico pela população.

Depois de recuperado e organizado em áreas de visitação, interpretação da natureza e até de produção (viveiro), todo este património será colocado à disposição do público, que poderá desfrutar de ‘novos’ espaços, utilizar estes locais para investigação e envolver-se em actividades de sensibilização ambiental, projectando Cascais como um concelho ‘amigo do ambiente’.

A mostra encontra-se aberta ao público no antigo Edifício dos Bombeiros, na Praça 5 de Outubro, está dividida por dois espaços, nos quais estão representados os projectos para os novos Parques Urbanos de Cascais (Outeiro de Polima, Quinta de Rana, Outeiro da Vela, Ribeira dos Mochos Norte, Mata de Santo António e Penhas da Marmeleira), Parques de Natureza (Ecoparque do Pisão e Lineu/Centro



de Estudos e Interpretação da Natureza) e Estratégia de Visitação e Comunicação do Parque Natural de Sintra-Cascais, com projecção de vídeos, imagens 3D, simulação de ambientes e maquetas.

Ainda no âmbito da exposição, no Parque Marechal Carmona pode visitar-se a Eco-cabana, uma experiência habitacional inovadora, na qual o consumo

de água e energia é controlado por um sistema de crédito que define limites de utilização por períodos, visando uma pegada ecológica mínima. A Eco-cabana foi o projecto vencedor da primeira edição do Prémio Ideias Verdes – Expresso e Água de Luso.

Horário: De segunda a sexta-feira das 10h00 às 19h00. - Fonte: Gab. Imp. CMC

## Notícias de Figueira de Castelo Rodrigo

# Autarquia cerra fileiras no combate à crise e aprova pacote de medidas de apoio à inovação, empreendedorismo e empregabilidade

A Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, por forma a combater a crise económica que se faz sentir no país, cujas repercussões para o tecido económico figueirense são já preocupantes, devido à sua interioridade e défice competitivo em relação a outras regiões do país, tem em curso um pacote de combate à crise económica composta por mais de uma dezena de medidas.

Esta semana a autarquia aprovou mais um conjunto diversificado de apoios à inovação, empreendedorismo e empregabilidade, destinados a empresas e a empresários em nome individual com sede ou domicílio pessoal e fiscal na área territorial do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, constituídas ou a constituir no corrente ano e em 2010.

Fazem parte deste plano as seguintes medidas:

- Um apoio por cada posto de trabalho criado no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, incluindo o do promotor da candidatura, confirmado pela Declaração de Início de Actividade e/ou pela inscrição do(s) trabalhador(es) na Segurança Social, no ano de 2009 e 2010, e obrigação de ter domicílio pessoal e fiscal no concelho, com igual prazo, no montante de 1.000,00€ (mil euros) por



cada posto de trabalho;

- Apoio no valor de 360,00€ (trezentos e sessenta euros) para constituição de novas sociedades (unipessoais, por quotas ou sociedades anónimas), com sede na área territorial do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com recurso ao Programa Empresa na Hora;

- Um apoio ao pedido e registo de protecção de direitos de propriedade industrial mais relevantes (nomeadamente: marcas, modelos, patentes nacionais ou europeias, modelos de utilidade, desenhos ou modelos, denominações de origem e indicação geográfica), em qualquer dos seus regimes, por via electrónica, no montante de até 50% das taxas cobradas (constantes em anexo à Portaria

n.º 1098/2008, de 30 de Setembro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça), até ao limite máximo de 1.000,00€ (mil euros);

- Apoio na comparticipação nos custos da organização dos processos de obtenção de Denominação de Origem Protegida, no montante de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros);

- Apoio à renovação de fachadas, interiores e exteriores, montras, equipamento destinado à actividade principal da empresa ou mobiliário comercial, no montante de até 50% do valor dispendido, até ao limite máximo de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) por ente apoiado, sendo prioritárias as situações em que a actividade possa estar em causa, por necessidade de obras e melhorias diversas, decorrentes de inspecções das autoridades competentes (ASAE, etc.);

- Um apoio na comparticipação dos custos de registo de domínios “.pt” e “.com” de interesse relevante para o concelho, no montante máximo de 50,00€ (cinquenta euros) por entidade;

- Apoio na comparticipação dos custos de construção de sítios e portais na internet, de interesse relevante para a actividade comercial ou empresarial do ente, com reflexo na economia local, no

montante máximo de 150,00€ (cento e cinquenta euros).

Para António Edmundo, Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, o regulamento agora aprovado, contribuirá, em sintonia com as múltiplas medidas de apoio e incentivos já em vigor no concelho, para «modernizar o tecido económico local, auxiliando os empresários a acompanhar as exigências dos novos tempos, alcançando a sustentabilidade desejada».

«As autarquias têm a necessidade de implementar estas medidas de apoio, porque os cidadãos e as empresas estão a ficar numa situação económica gravíssima e as medidas levadas a cabo pelo Governo não estão a minorar os efeitos da crise».

O Presidente da Câmara Figueirense considera ainda que havendo uma boa taxa de empregabilidade «ter-se-á menos conflitualidade social e menos exclusão, situações de pobreza ou mesmo criminalidade».

«Sem desemprego haverá um incremento do consumo interno, mais cidadania, maior produtividade e melhor auto-estima de um país que, dessa forma, dá oportunidades de trabalho aos seus cidadãos», conclui António Edmundo.

Será factor de ponderação positiva o compromisso de honra, dos entes locais, da manutenção da actividade durante o período mínimo de 4 anos, a contar da data de atribuição da subvenção, e o interesse da actividade exercida para o concelho.

Os beneficiários das subvenções serão pessoal, civil e criminalmente responsáveis perante o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, na correcta aplicação dos montantes disponibilizados, obrigando-se a apresentar um relatório final de execução, com toda a documentação comprovativa da correcta aplicação das subvenções atribuídas, no prazo máximo de seis meses a contar da atribuição da subvenção, sob pena da devolução dos

quantitativos entregues acrescidos de juros de mora.

### Apoios que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo já tem em marcha

- Incentivo à maternidade, adopção e fixação de jovens casais no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Apoio à fixação de Indústria na Zona Industrial de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Apoio à inovação, empreendedorismo e empregabilidade;
- Programa Figueira FINICIA;
- Não lançamento de derrama;
- Redução de 3% da participação variável no IRS de 2008 e 2009 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos limites legais mínimos;

Prédios Rústicos (valor fixo) – 0,8 %;  
Prédios Urbanos – 0,4 %;  
Prédios Urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,2 %;

- Atribuição de apoio a estratos sociais desfavorecidos;
- Taxas e licenças municipais fixados nos valores mínimos;
- Apoios específicos à fixação de empresas e pró-empresas, constituídas por jovens de idades compreendidas entre os 22 e os 35 anos, recém-licenciados ou de formação superior especializada, da área do conhecimento e das novas tecnologias da informação;
- Atribuição anual de bolsas de estudo a estudantes que ingressem no Ensino Superior, no montante de 680,00€ para o ano lectivo 2008/2009;
- Incentivo à plantação de Amendoeiras e Castanheiros;
- Apoio à recuperação de pombais tradicionais, no montante de 500,00€. - Gab. Imp.CM de FCR

## Notícias dos Açores

# Concentração de frota da SATA “prejudica todas as ilhas”

O PSD/Açores considerou hoje que a concentração da nova frota da SATA em São Miguel vai “prejudicar todas as ilhas”, alegando que tal “afecta o interesse público” do serviço de transporte aéreo inter-ilhas.

“Tal decisão afecta o interesse público subjacente ao serviço em causa, designadamente ao nível da protecção civil, da segurança e da normalidade da actividade do transporte aéreo nos Açores”, afirmou o deputado social-democrata Clélio Menezes, numa declaração política feita na Assembleia Legislativa dos Açores.

Para o parlamentar do PSD/Açores, é “essencial” que, pelo menos, uma dos aviões da SATA tenha a sua base no aeroporto das Lajes, na Terceira, visto “ser necessário assegurar as respostas ao nível da protecção civil e do apoio às populações em caso de catástrofe ou de qualquer situação de emergência, o que fica claramente comprometido com o isolamento apenas numa ilha” de toda a frota da companhia aérea regional.

Segundo Clélio Menezes, “com a implementação de tal tipo de políticas está a prejudicar-se todas as ilhas dos Açores e, nessa medida, o desenvolvimento da Região e a qualidade de vida dos açorianos”.

O deputado social-democrata alegou que “não é de todo impossível que o agravamento do estado do tempo inviabilize todas as saídas de Ponta Delgada, como já aconteceu por diversas vezes devido a nevoeiros ou ventos fortes do quadrante norte”, ao mesmo tempo que as condições meteorológicas na Terceira “permitem a operação para outras ilhas do arquipélago”.

“Neste cenário, e imaginando todas as aeronaves estacionadas em Ponta Delgada, todos os açorianos, turistas, ou

viajantes em geral serão lesados e sacrificados por estas naturais eventualidades”, sublinhou.

Havendo uma aeronave com base na Terceira, como sucede desde 1993, “a SATA poderia fazê-la descolar, rumando a outras ilhas dos Açores, garantindo um serviço mínimo ou até mesmo de emergência”.

O parlamentar do PSD/Açores acrescentou que a presença de um avião da SATA na Terceira se justifica no caso de um “cenário de catástrofe natural durante a noite na ilha de São Miguel, como, por exemplo, um sismo que afecte a operacionalidade da pista ou ventos fortes que danifiquem as estruturas aeroportuárias ou as próprias aeronaves, estacionadas no aeroporto de Ponta Delgada, inviabilizando a operação a partir deste aeroporto”.

“Também nestas eventuais e naturais situações, só com a existência de uma aeronave estacionada permanentemente no aeroporto das Lajes seria garantido um serviço mínimo nas restantes ilhas do arquipélago” frisou.

### PSD quer “regulação” das recusas de evacuação de doentes

O PSD/Açores defendeu hoje que o governo regional deve exercer uma “regulação” dos casos de recusa, por parte da Força Aérea (FAP), de evacuação de doentes, já que tal pode causar “consequências graves e imprevisíveis” para as populações das ilhas mais pequenas.

“Se é certo que a FAP tem prestado um bom serviço à Região, também não é menos verdade que a Região paga bem esses serviços. Não é isso que está em questão, mas sim a forma como pode



o governo exercer uma regulação. As recusas de evacuações, sem rigor médico, podem vir a ter consequências graves e imprevisíveis para as populações das ilhas onde os centros de saúde são os únicos meios de primeiro socorro, pois estes não dispõem de equipamentos para garantir os serviços necessários para acudir a estes casos mais graves e específicos”, afirmou a deputada social-democrata Aida Santos, na Assembleia Legislativa dos Açores.

A parlamentar do PSD/Açores denunciou a situação, passada este mês em Santa Maria, de uma doente que sofreu um acidente vascular cerebral, correndo “perigo de vida”, a quem a FAP “não correspondeu com a urgência que o caso apresentava, que se consubstanciava numa evacuação imediata” para o hospital de Ponta Delgada.

Segundo Aida Santos, o médico da

FAP, após ter sido contactado pelo centro de saúde de Vila do Porto e alertado para a necessidade de evacuação imediata da doente “fez, por telefone, um outro diagnóstico que, nem de perto nem de longe, se aproximava da verdadeira realidade do problema”.

De acordo com a deputada social-democrata, o médico da FAP justificou a recusa de evacuação pelo facto da tripulação “ter executado, horas antes, uma outra evacuação na ilha Graciosa, e precisar de descansar”.

“É inadmissível que uma situação destas, da responsabilidade de um médico, abale o bom-nome de uma instituição como a FAP, que tem sido sempre o garante das necessidades da Região em todos os momentos de grande dificuldade”, considerou.

- Gab. Imp. PSD/Açores



# Comunicado

A Comissão Política Distrital de Setúbal da Juventude Social-Democrata vem manifestar de forma inequívoca, o seu descontentamento pelo modo com que o Governo da República tem abordado a grave crise económica e social vivida no país e sobretudo no distrito de Setúbal. Também de modo claro, repudiamos a inércia das Autarquias Locais do distrito, em matéria de soluções que visem o combate ao presente estado de coisas.

Considerando o sentimento depressivo em que a população se encontra mergulhada, fruto da galopante e progressiva destruição de empregos e ainda de falências e insolvências de empresas do distrito, entendemos que o silêncio dos responsáveis políticos é simplesmente inaceitável. Também intolerável a nosso ver, é a postura passiva a que se têm remetido as demais organizações políticas partidárias de juventude do nosso distrito.

É tempo de nos insurgirmos contra o actual estado de situação, e que defendamos a nossa juventude. Para o efeito, e em prol de toda uma geração, desafiamos para um debate público todas as organizações políticas partidárias de juventude do distrito de Setúbal, e que aí, apresentem soluções que permitam aos jovens lutar por um futuro melhor.

Pela Comissão Política Distrital JSD Setúbal

O Secretário-Geral

Pedro Castilho de Margarido



## Convocatórias

Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as excepções previstas nos Estatutos.



### FREIXIANDA - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Freixianda, para reunir no próximo dia 28 de Março de 2009, (sábado) pelas 19h00 na sede do Núcleo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 19h00 às 22h00

### FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Fundão, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2009, (sábado) pelas 15h00 na sede, sita no Edifício Acrópole, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Análise da situação política local
- 2.- Outros pontos considerados de interesse relevante

### LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loulé, para reunir no próximo dia 04 de Março de 2009, (quarta-feira) pelas 20h30 na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Análise e aprovação das Contas do ano de 2008;
- 2 - Aprovação da Candidatura Autárquica
- 3.- Análise da situação política e partidária;

### PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 07 de Março de 2009, (sábado) pelas 14h00 na sede distrital, sita no Largo 28 de Janeiro, 10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Apreciação e votação das Contas 2008
- 2 - Informações
- 3.- Análise da situação política distrital e nacional

### PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Porto, para reunir no próximo dia 06 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30 no Auditório da Junta de Freguesia de Paranhos, sito na Rua Álvaro castelões, n.º 811, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Aprovação do Relatório de Contas de 2008 e Orçamento para 2009
- 2 - Política de coligações

3.- Parecer sobre candidaturas às Eleições Autárquicas

### PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Póvoa de Varzim, para reunir no próximo dia 06 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30 na sede concelhia, sita na Praça do Almada, n.º 7 - Escritório 1, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Análise e votação das Contas do exercício de 2008;
- 2.- Outros assuntos de interesse para o partido

### SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 17h00 na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Aprovação do Relatório e Contas

2008

2.- Análise da situação política e partidária

### **SANTO CONDESTÁVEL - NÚCLEO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santo Condestável, para reunir no próximo dia 09 de Março de 2009, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, 116 – 2º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Informações gerais

2 – Análise da situação política

### **SEVER DO VOUGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2009, (quinta-feira) pelas 20h00 na sede concelhia, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1.- Apresentação, discussão e votação das contas da Secção relativas a 2008

2.- Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a actividade da Secção.

### **TROFA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Trofa, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30 na nova sede, sita na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 222, freguesia de S. Martinho do Bougado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1.- Aprovação das Contas de 2008;

2.- Análise da situação política



### **CONSELHO DISTRITAL DA JSD LISBOA ÁREA-OESTE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Lisboa Área-Oeste, para reunir no próximo dia 28 de Março de 2009, pelas 21:30 horas, na Sede do PSD Área-Oeste, sita Rua 9 de Abril, 1 – 3.º Dto. em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política Actual;

2 – Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD;

3 – Eleição do membro Distrital para Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;

4 – Outros assuntos;

Nota:

As listas para os actos eleitorais referidos deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário a quem compete realizar o acto ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para a reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Ricardo Machado)

### **CADAVAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção da JSD de Cadaval para reunir no dia 27 de Março de 2009, entre as 19h00m e 20h30m na sede concelhia da JSD/PSD no Cadaval, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas aos Órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Ricardo Machado)

### **ALCOBAÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Secção de Alcobaca, da JSD, para reunir dia 21 de Março de 2009, pelas 15.30h, na sede do PSD local, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Alcobaca

José Rafael CSB Rodrigues

### **NÚCLEO DE CANEDO – STA. MARIA DA FEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Núcleo Residencial da JSD da Freguesia de Canedo, concelho de Santa Maria da Feira para reunirem no dia 20 de Março de 2009 (sexta-feira), pelas 20h30, para uma sessão ordinária na Sede do Núcleo Residencial de Canedo, sito na Rua das garagens, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política

2. Outros assuntos que considere importantes

O Presidente da Mesa de Plenário de Núcleo

(Ricardo Correia Colaço)

### **BATALHA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da Batalha para se reunir no dia 28 de Março de 2009 pelas 17 horas na Sede da JSD, sita no Largo da Igreja, Batalha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário

de Militantes.

Notas:

- As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas.

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o substitua na Sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(João Pedro da Costa Ferreira)

### **CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco, a reunir dia 8 de Março de 2009, pelas 21 horas, na Sede Distrital, em Castelo Branco, na Rua do Pina, n.º 6 com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política.

2 - Análise da questão eleitoral distrital dado o mandato culminar a 16.07.2009.

3 - Definição do Calendário Eleitoral dos Órgãos Distritais, dependente do ponto 2, e marcação da data do Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

A Mesa do Conselho Distrital

(Elsa Marmelo)